CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIPROCESSUS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

BACHAREL EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Maio de 2022

Sumário

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DO CURSO 5
1.1. Administração acadêmica 9
1.1.1. Coordenação do curso 9
1.1.1.1. Perfil do coordenador 10
1.1.1.2. Formação acadêmica do coordenador 11
1.1.1.3. Efetiva dedicação à administração e à condução do curso 11
1.1.1.4. Experiência profissional no magistério 11
1.1.1.5. Experiência profissional fora do magistério 12
1.1.1.6. Certificações e capacitações profissionais na área do curso 13
1.1.2. Colegiado de Curso 13
1.1.2.1. Participação do coordenador, dos docentes e discentes em colegiado de curso ou equivalente 13
1.1.2.2. Atuação do colegiado de curso 14
1.2. Projeto Pedagógico do curso - PPC 15
1.2.1. Concepção do curso 16
1.2.1.1. Articulação do PPC com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI 17
1.2.1.2. Políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação para os direitos humanos e educação ambiental 19
1.2.1.3. Objetivos do curso 20
1.2.1.5. Perfil do profissional 20
1.2.2. ADERÊNCIA COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 21
1.2.2.1 Coerência da justificativa/objetivos do curso com a realidade socioeconômica local e regional 21
1.2.2.2. Coerência dos postos de trabalhos a serem ocupados com o perfil profissional de conclusão 22
1.2.3. MATRIZ CURRICULAR 23
1.2.3.1. Ementas e bibliografias 24
1.2.3.2. Coerência do currículo com os objetivos do curso 39
1.2.3.3. Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso 39
1.2.3.4. Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais e/ou à legislação vigente 40
1.2.3.5. Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso 40
1.2.3.7. Inter-relação e dimensionamento da carga horária das disciplinas/unidades curriculares na concepção e execução do currículo 43
1.2.3.8. Adequação, atualização e relevância da bibliografia 44
1.2.4. FLEXIBILIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE CURRICULAR 44
1.2.4.1. Mecanismo de aproveitamento de competências profissionais adquiridas no trabalho 45
1.2.5.PROCEDIMENTOS AVALIAÇÃO 46
1.2.5.1. Avaliação 46
1.2.5.2. Coerência da metodologia de avaliação do processo de aprendizagem com a concepção do curso 47
1.2.5.3. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem 50
1.2.5.4. Programa de aperfeiçoamento continuo - Nivelamento 51
1.2.5.5. Regime domiciliar e atendimento especial 52
1.2.5.6. Regime de dependência 53
1.2.5.7. Avaliação institucional CPA 53
1.2.5.8.Sistema de avaliação do projeto 54
1.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO 59
1.3.1. Prática profissional e/ou estágio e/ou trabalho de conclusão curso 59
1.3.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 60
1.3.3. MONITORIA 61
1.3.4.PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 61

1.3.5.PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS EM ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E EXTENSÃO 62
1.3.5.1. Desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais 65
1.3.5.2. Desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho 65
1.4. ATENDIMENTO AO ACADÊMICO 66
1.4.1. Formas de acesso 66
1.4.2. Programas de desenvolvimento acadêmico 67
1.4.3. Programa de apoio ao financiamento de estudos 68
1.4.4. Inserção no mercado de trabalho 68
1.4.5. Acompanhamento de egresso 69
1.4.6. Atendimento aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais 69
1.4.7. Portal acadêmico 70
1.4.8. Interação entre acadêmicos e professores pelo sistema acadêmico 70
DIMENSÃO 2 – CORPO SOCIAL 71
2.1. CORPO DOCENTE 71
2.1.1. PERFIL DOCENTE 71
2.1.2. FORMAÇÃO ACADÊMICA 71
2.1.3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO OU NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 72
2.1.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO 72
2.1.5. CERTIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES PROFISSIONAIS NA ÁREA DO CURSO 72
2.1.6. ATUAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS 72
2.1.7. DEDICAÇÃO AO CURSO 72
2.1.8. DOCENTES COM FORMAÇÃO ADEQUADA NAS DISCIPLINAS/UNIDADES CURRICULARES . 73
2.1.9. DOCENTES COM ORIENTAÇÃO DE ALUNOS (PRÁTICA PROFISSIONAL E/OU ESTÁGIO, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO) 73
2.1.10. Produção docente 73
2.1.11. Composição e funcionamento do colegiado de curso 73
2.1.12. Núcleo docente estruturante 74
2.2. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 74
2.2.1. ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO CURSO 74
2.2.2. ADEQUAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL 74
2.2.3. ADEQUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL 75
2.2.4. ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ÀS NECESSIDADES DO CURSO 75
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA 75
3.1. BIBLIOTECA 76
3.1.1. ADEQUAÇÃO DO ACERVO À PROPOSTA DO CURSO 78
3.1.1.1. Livros 78
3.1.1.2. Periódicos, jornais e revistas 79
3.1.1.3. Base de dados 80
3.1.1.4. Cenários/Ambientes/Laboratórios 80
3.1.1.4.1. Cenários/ambientes/laboratórios (formação geral/básica, profissional/específica e prática profissional e prestação de serviços à comunidade) 80
3.1.4.1.2. Cenários/ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso 81
3.1.4.1.2.1. Equipamentos e suas condições de uso 82
3.1.1.5 Materiais 84
3.1.1.6. Normas e procedimentos de segurança 84
3.1.1.6.1. Equipamentos de segurança 84
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 85

FICHA DO PROCESSO

- **DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Sistemas de Informação

- **MODALIDADE:** Presencial

- **MANTENEDORA:**
  - AETB – Associação Educacional dos trabalhadores de Brasília.

- **MANTIDA:**
  - Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS

- **TIPO DE PROCESSO**
  - Credenciamento para Centro Universitário

- **VAGAS**
  - 240 anuais, sendo 120 para o turno matutino e 120 para o turno noturno, com duas entradas anuais.

- **ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO**

  Av. das Araucárias 4.400, Águas Claras - CEP. 71 936 250

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DO CURSO

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA -, feita entre 2009 e 2012, a maior quantidade de postos de trabalho abertos, que exigem diploma de ensino superior, foi para as atividades relacionadas à tecnologia da informação. Foram abertos em torno de 300 mil postos de trabalho, dos quais 49,5 mil destinavam-se para a tecnologia da informação, que corresponde a 16% do total (EBC, 2013). O IPEA também indicou que as atividades de tecnologia da informação estão dentre as atividades - de nível superior - em que há mais demanda no setor privado, cujos salários de admissão foram mais altos que os de demissão, evidenciando assim, a escassez do profissional no mercado.

Desta forma, pode-se constatar a importância de um Curso Superior no contexto educacional e de mercado de trabalho. Dados do Censo da Educação Superior 2012 (INEP, 2012) mostram que o número de matrículas no Ensino Superior do Brasil aumentou 4,4% entre 2011 e 2012, o que indica mais de sete milhões de alunos estudando em cursos de nível superior no país— entre graduação, pós-graduação, cursos sequenciais e de formação específica.

Dos mais de 30.000 cursos de graduação, 56,0% são bacharelados, 26,0% são licenciaturas e 18,0% são cursos tecnológicos, tendo como dado relevante é o percentual de Cursos na modalidade presencial, em torno de 96%.

Fazendo uma retrospectiva histórica, particularmente quanto ao uso do computador na década de 60, quando se iniciou a informatização do país, por meio de Universidades e órgãos Governamentais, com a utilização em sistemas de apoio à administração, mais notadamente sistemas de contabilidade, patrimônio, folha de pagamento e material, os sistemas construídos eram desenvolvidos baseados na intuição do analista responsável, com pouca interação com o usuário, e não havia uma metodologia eficiente para o desenvolvimento. Somente a partir do final da década de 70 é que surgiram as metodologias de desenvolvimento de sistemas para “estruturar” os sistemas de informação, as quais passaram a tratar as fases do ciclo de vida de sistemas computacionais.

A evolução da tecnologia e dos sistemas de informação, nesses 50 anos, são estimuladores para a continuidade das pesquisas sobre novas estruturas de formação dos conteúdos disciplinares. Com relação às metodologias de desenvolvimento, percebe-se uma constante evolução, embora algumas permaneçam em atividade, mormente para os sistemas em produção, os quais se valem do conhecimento de longas datas para a manutenção e a produtividade. Portanto, entender novas metodologias de forma crítica e criteriosa, permitindo sua aplicação de forma eficaz, é fundamental para o futuro profissional de sistemas de informação e deve sinalizar ou permear sua formação.

O Distrito Federal possui características únicas como centro político-administrativo do Governo Federal.

Segundo o IBGE1, Brasília permanece com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do País, por indivíduo. O valor é de R$ 79.099,77 no PIB per capita que é 2,6 vezes maior do que o nacional, de R$ 30.411.

Em Brasília encontra-se o maior número de órgãos públicos do país, especialmente os órgãos superiores2, tais como a Presidência da República, os ministérios e a Advocacia-Geral da União. Além destes, também as sedes dos principais órgãos públicos, tais como: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público do Militar (MPM), Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal da Justiça (STJ), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Agrega-se a este rol ainda as agências3, tais como: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., Agência Espacial Brasileira, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Mineração, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional do Cinema e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Somente a listagem destes órgãos, com dependência e grande necessidade de recursos de mão de obra especializada em Tecnologia da Informação (TI), já seria suficiente para demonstrar o quanto os cursos ligados a esta área do conhecimento é tão importante no cenário de Brasília.

Mas convém ressaltar que Brasília possui ainda uma demanda por serviços especializados em TI por conta de sua infovia4, que é, em resumo, uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do Governo Federal situados em Brasília, um conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro, de alta performance e de alta

---

[1] https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/11/16/pib-per-capita-do-df-continua-o-maior-do-brasil/ (08/11/2019)

[2] http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores (08/11/2019)

[3] https://www.gov.br/pt-br/orgaos (08/11/2019)

[4] https://www.governodigital.gov.br/transformacao/ferramentas/infovia/o-que-e-a-infovia (08/11/19)

disponibilidade, proporcionando uma redução de custo de comunicação e um ambiente capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de governo.

Além disto, Brasília possui o Parque Tecnológico de Brasília – BioTIC5, planejado para atrair 1,2 mil empresas e startups baseadas em tecnologia da informação, comunicação e biotecnologia, com potencial de gerar até 25 mil empregos diretos.

Ressalte-se ainda que em Brasília encontram-se grandes projetos, sistemas e iniciativas voltadas para a área de TI, tais como o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e o Governo Digital.

O SISP6, que envolve elevado número de colaboradores e órgão, tem com o objetivo organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de informação e informática da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, sendo facultada às empresas públicas e às sociedades de economia mista a participação no mesmo.

O Governo Digital7 intensificou o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e conduziu a uma nova forma de governos ao redor do mundo interagirem com a sociedade por meio de acesso e uso de serviços privados e governamentais, o que se denominou Governo Eletrônico (e-Gov).

Há também que se destacar no âmbito interno de Brasília, o Governo do Distrito Federal (GDF), que por meio de sua Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, descreve em seu PDTIC8, que o cumprimento de sua missão "deve ser apoiado fortemente por serviços e recursos de TIC" uma vez que esta área exerce importante papel institucional, prestando suporte às áreas finalísticas.

E ao se falar de serviços a serem ofertados aos cidadãos em Brasília encontram-se as sedes da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV)9 e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)10. Ambas têm em comum a responsabilidade de gerenciar e

---

[5] https://www.bioticsa.com.br/o-parque-tecnologico-de-brasilia (08/11/19)

[6] http://www.sisp.gov.br/ct-gcie/ver-comunidade?community_id=1144612 (08/11/19)

[7] https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-de-tecnologia-da-informacao/atuacao/governo-digital/ (08/11/19)

[8] http://www.cg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/PDTIC-2016-2019.pdf (08/11/19)

[9] http://portal.dataprev.gov.br/ (08/11/19)

[10] https://www.serpro.gov.br/ (08/11/19)

proteger informações de milhões de contribuintes brasileiros, tais como declarações de Imposto de Renda dos contribuintes.

O curso de Sistemas de Informação (SI) também prepara os alunos para as principais tecnologias emergentes que são tendências a contar de 2020, segundo a Gartner11, tais como: Computação quântica, Gêmeos digitais, Realidade Virtual (VR), Realidade Aumentada (AR), Realidade Mista (MR), a Edge Computing (computação de borda), Nuvem Distribuída, Inteligência Artificial (AI), Coisas Autônomas, Blockchain e o Aprendizado de Máquina.

Brasília, além de sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que ressalta sua importância como o centro de gravidade da vida política nacional, é também o espaço em que grandes decisões estratégicas embasadas em sua grande maioria por sistemas de informações.

A tecnologia da informação, em outrora de domínio restritivo, passa a ser ferramenta de trabalho essencial para gestores e profissionais de diversas áreas representado pelos setores privados, público e os do 3º setor. Uma gestão de TI eficaz favorece que organizações fortaleçam suas capacidades de gestão e tomada de decisões. Assim, a demanda por profissionais qualificados em Brasília, cresce vertiginosamente.

O UNIPROCESSUS encontra-se inserido pujante meio de formação de profissionais, pois vem ao longo de vários anos com excelência, contribuindo no campo do ensino superior para a formação de profissionais que desenvolvam competências e habilidades para compreender cenários, planejar alternativas, implementar decisões e avaliar seus resultados, a partir de uma concepção humanística e multidisciplinar.

Levando-se em conta os aspectos mencionados acerca da formação e campo de atuação do profissional de TI, um dos aspectos relevantes é a interdisciplinaridade, que permite ao discente, no seu processo de formação, ter contato com as diferentes perspectivas de cada área do conhecimento e, nesse sentido, a oferta de disciplinas optativas é um dos instrumentos que oferecem a oportunidade aos alunos de estabelecer um diálogo com as diferentes áreas do conhecimento. Para além delas, no contexto do UNIPROCESSUS, os projetos de extensão constituem-se um campo propício para que os alunos tenham contato não só com atividades extracurriculares, mas, sobretudo, com ações e temáticas relacionadas a outros campos do saber, de modo a despertar sua consciência política, cidadã e como agentes de transformação global.

[11] https://www.gartner.com/en/doc/432920-top-10-strategic-technology-trends-for-2020 (11/11/19)

Por meio de parcerias com diversas instituições para promoção de eventos tais como palestras, oficinas, seminários, workshops, mentorias, semana acadêmica, campeonatos de jogos eletrônicos (e-sports) e hackathons, eventos que reúnem programadores, designers e outros profissionais ligados ao empreendedorismo e desenvolvimento de software em maratonas de trabalho, com o objetivo de criar soluções específicas para um ou vários desafios, o curso de Sistemas de Informação enseja uma formação multidimensional, aprofundada e humanística, tal como é demandado do profissional altamente qualificado em TI, em meio a uma realidade promissora à inserção dos seus egressos e no compartilhamento dos saberes: teoria, prática e interação, formalizando um grande diferencial no curso e por consequência, situações inovadoras e exitosas.

Do exposto, é possível afirmar que é crescente a importância da manutenção de um Curso de Bacharelado, mormente pela demanda por profissionais formados para apoiar as decisões do processo decisório na área de tecnologia da informação.

O prazo de integralização do curso é de, no mínimo 08 semestres e, no máximo 10 semestres. Sua carga horária total é de 3.360 horas. Além das disciplinas regulares, os alunos têm: Atividades Complementares, Estágio Curricular Supervisionado e Projetos Extensionistas, que é alinhado e pode ser desenvolvido junto à Pesquisa e Inovação. Ressalta-se que a matriz curricular inclui ainda, de forma optativa, a disciplina Língua Brasileira de Sinais em atendimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

1.1. Administração acadêmica

A administração acadêmica do curso apresenta um perfil adequado e aderente à área de concentração profissional geral de Gestão e Tecnologia. Sendo assim, se faz necessário ressaltarmos dois pontos chaves característicos da administração acadêmica do curso. Como primeiro ponto chave, o coordenador tem formação acadêmica e vivência profissional no magistério superior da área de gestão; bem como, apresenta experiência profissional fora do magistério. O segundo ponto chave é que o UNIPROCESSUS e o coordenador atuam de forma frequente, junto a gestão, propiciando palestras e assessorias técnicas na área.

Por fim, expomos que a administração acadêmica está centrada no desempenho do curso de forma empreendedora, analítica, crítica e ética, com o intuito de atender às reais necessidades do mercado de trabalho.

1.1.1. Coordenação do curso

Com o intuito de obter excelência e consistência na qualidade dos serviços educacionais ora propostos, a coordenação do curso, em linhas gerais, tem como atribuições:

1. Articulação da comunidade acadêmica e técnico-administrativa (docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos, Pró-Reitoria Acadêmica, Reitoria, etc.);
2. Articulação do curso e do UNIPROCESSUS com o *trade* empresarial e de gestão federal, estadual e municipal;
3. Coordenar e fomentar as atividades acadêmicas do curso de forma inter e transdisciplinar, bem como, correlacionadas com as demais áreas de atuação de ensino superior do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS;

Diante do exposto, ressaltamos que as atividades acima mencionadas estão diretamente inter-relacionadas e são flexíveis, tendo como principal objetivo cumprir e alcançar de forma adequada os objetivos gerais do curso.

1.1.1.1. Perfil do coordenador

O coordenador do curso apresenta um perfil adequado, com características empreendedoras, técnicas e responsabilidade ética, e coerente com as necessidades e exigências da área profissional de "Tecnologia" e especificamente com o curso.

São atribuições do Coordenador de Curso, além de participar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso:

- Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos do Centro Universitário;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como o desempenho e a assiduidade dos professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo sob sua supervisão;
- Apresentar, semestralmente, ao Colegiado de Curso e à Pró-Reitoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Pró-Reitor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- Propor ou encaminhar proposta, na forma do Regimento, para a criação de cursos e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

- Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Delegar competência, sem prejuízo de sua responsabilidade; e
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

1.1.1.2. Formação acadêmica do coordenador

O Curso de Bacharel em Sistemas de Informação é coordenado pelo Professor **THÁLISSON DE OLIVEIRA LOPES**, com a seguinte titulação:

- Doutorando em Sistemas Mecatrônicos, pela Universidade de Brasília (UnB);
- Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, pela Universidade Católica de Brasília (UCB), 2013;
- Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação no Serviço Público, pela Faculdade Omni, 2010;
- Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação, pela Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte, 2008;
- Graduado em Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, pela União Educacional de Brasília, 2007.

A formação acadêmica do coordenador, com suas respectivas experiências e com uma boa carga horária efetiva para a administração do curso, demonstram, que o mesmo, possui domínio administrativo-acadêmico para o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso proposto.

1.1.1.3. Efetiva dedicação à administração e à condução do curso

O curso de graduação, Bacharel em Sistemas de Informação é coordenado pelo Professor **THÁLISSON DE OLIVEIRA LOPES**, contratada sob o regime de 40 horas (Tempo Integral), onde 8 horas semanais serão destinadas para a docência e 32 horas semanais para gestão e condução do curso.

1.1.1.4. Experiência profissional no magistério

Quanto à experiência no magistério superior e/ou ensino técnico, o coordenador possui 10 anos no ensino na área de Tecnologia, sendo compatível com o projeto pedagógico do curso proposto, destacando as experiências no magistério superior, conforme demonstrado a seguir:

INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA (CURSOS E DISCIPLINAS)	PERÍODO (ANOS)
UDF – Centro Universitário do Distrito Federal	Docente e Coordenador dos Cursos de Tecnologia e Jogos Digitais	2013-2021
UNYLEYA – Unyleya Educacional	Processo de Criação de Objetos de Aprendizagem em Padrão Scorm e Usabilidade e Acessibilidade – a distância	2017 até a presente data
MACKENZIE – Centro Universitário Presbiteriana Mackenzie de Brasília	Métodos de Mineração de Dados e Inteligência Artificial, Métodos avançados de Mineração de Dados e Inteligência Artificial, Implementando Produtos e Processos baseados em dados, Fundamentos de Banco de Dados, Governança Corporativa de TI, Gestão de Riscos e Inteligência Organizacional	2020 até a presente data
PROCESSUS – Centro Universitário Processus	Docente e Coordenador dos Cursos de Tecnologia	2022 até a presente data

A comprovação da experiência docente do coordenador está à disposição da comissão verificadora, em sua respectiva pasta.

1.1.1.5. Experiência profissional fora do magistério

Quanto à experiência fora do magistério, o coordenador indicado possui 15 anos de experiência profissional, compatível com o projeto pedagógico do curso proposto, conforme demonstrado a seguir:

INSTITUIÇÃO/EMPRESA	DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA (CARGOS E FUNÇÕES)	PERÍODO (ANOS)
GNT – Grupo NT	Analista de sistemas	2007-2012
MÚTUA – Caixa de Assistência dos Prof. do CREA	Analista de sistemas	2012-2014
IFS – In Foco Solutions	Consultor de Tecnologia de Informação	2016-2017
FHB – Fundação Hemocentro de Brasília	Servidor Público – Analista de sistemas	2014 até a presente data

DETRAN/DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal	Servidor Público – Coordenação de Gestão de Suporte e Segurança de Infraestrutura	2022 até a presente data

A comprovação da experiência não docente do coordenador está à disposição da comissão verificadora, em sua respectiva pasta.

1.1.1.6. Certificações e capacitações profissionais na área do curso

O coordenador indicado possui certificações e capacitações profissionais relacionadas com a área do curso, conforme demonstrado na pasta da docente.

1.1.2. Colegiado de Curso

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS é administrado por órgãos colegiados e executivos, na forma de seu Regimento. São órgãos colegiados: Conselho Superior (COSUP) e Colegiados de Cursos. São órgãos executivos: a Pró-Reitoria Acadêmica e as Coordenadorias de Cursos.

O Curso é a unidade básica do Centro Universitário para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas que compõem o currículo do mesmo, pelos alunos nelas matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nele lotado.

Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

1.1.2.1. Participação do coordenador, dos docentes e discentes em colegiado de curso ou equivalente

O coordenador e os professores do curso participam ativamente dos órgãos colegiados do Centro Universitário, nos termos do Regimento aprovado pelo MEC, especialmente o Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- O Coordenador do Curso, que o preside;
- Cinco representantes do corpo docente do curso, sendo três escolhidos pelo Pró-Reitor Acadêmico e dois pelos seus pares, indicados em lista tríplice, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- Um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Os coordenadores de cursos possuem dois representantes no Conselho Superior do Centro Universitário. Os professores têm, ainda, dois representantes no Conselho Superior, além dos cinco representantes no Colegiado de Curso. Já os discentes, têm, também, representação no Conselho Superior, além do representante do Colegiado de Curso.

1.1.2.2. Atuação do colegiado de curso

Ao Conselho Superior e aos Colegiados de Curso aplicam-se as seguintes normas:

- O Conselho Superior funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos no Regimento;
- O presidente do Colegiado, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- As reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;
- Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- É obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

Compete ao Colegiado de Curso:

- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as normas fixadas pelo COSUP;
- Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do COSUP;
- Pronunciar-se, em grau de curso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- Promover a avaliação periódica do curso; exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

1.2. Projeto Pedagógico do curso - PPC

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, ao pleitear o curso de Bacharel em Sistemas de Informação, visa a contribuir na formação de profissionais conscientes de sua responsabilidade ética e social, qualificados, empreendedores, competentes e com forte conhecimento da área da atividade Tecnologia, inclusive no que diz respeito ao funcionamento interno e externo dos órgãos desta área, proporcionando aos alunos o contato com novas metodologias existentes no campo das atividades relacionados ao funcionamento e à otimização dos serviços prestados pelos órgãos da administração direta e indireta no tocante aos três poderes, e com as tendências políticas, econômicas, jurídicas e tecnológicas.

O projeto pedagógico do curso de Sistemas de Informação do UNIPROCESSUS possui como foco a formação do futuro profissional para o mercado público e privado, centrado na necessidade de ter um conhecimento mais aprofundado sobre o processo no qual atuará, para que tenha uma postura mais analítica e crítica resultando em intervenções rápidas e apropriadas no dia-a-dia das suas atividades.

Em suma, o curso de Bacharel em Sistemas de Informação que o UNIPROCESSUS pretende implantar tem por objetivo formar recursos humanos qualificados para a área de Tecnologia, preenchendo uma lacuna existente no cenário mercadológico da região, atendendo assim os anseios da comunidade do Distrito Federal.

Vale ressaltar que o UNIPROCESSUS, ao pleitear o curso de Bacharel em Sistemas de Informação, levou em consideração as necessidades da região, ofertando curso com a crescente demanda por ocupações desta área motivou o surgimento desse curso.

É relevante informar ainda que, a instituição tendo plena consciência de sua responsabilidade para com a sociedade do Distrito Federal e da região, ao pleitear o curso de Bacharel em Sistemas de Informação, para além de suprir a atual carência por profissionais com este perfil no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento da região, visa oferecer um curso de qualidade, com novas tecnologias e metodologias, atendendo às exigências profissionais e empresariais do milênio.

Assim sendo, o UNIPROCESSUS ao estimular o desenvolvimento da pesquisa aplicada, indissociável do ensino e extensão, e propiciando uma formação de profissionais altamente capacitados para aturarem no mercado de trabalho, sensibilizados com a habilidade necessária em todas as etapas do funcionamento das instituições públicas ou privadas, sejam elas internas ou de atendimento externo, demonstra, ao oferecer este curso, o interesse constante de expandir sua atuação neste campo de conhecimento humano, a fim desenvolver seu projeto institucional e pedagógico e cumprir os objetivos sociais, visando ao desenvolvimento regional por ela propostos.

1.2.1. Concepção do curso

Para implantação do curso de Bacharel em Sistemas de Informação o Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS procurou observar vários aspectos e principalmente os potenciais de oportunidades no mercado.

É sabido que o mercado de trabalho no Distrito Federal, em face de sua característica predominante de capital administrativa do País, é composto pelo serviço público e pelas empresas que prestam serviços, direta ou indiretamente, às entidades públicas aqui instaladas.

Desse modo, evidencia-se a premissa de que os postos de trabalho a que se destinam os profissionais formados pelo curso ora proposto se encontram inseridos nestes nichos do mercado de trabalho, ou seja, de forma resumida, os egressos do curso proposto deverão ocupar postos de trabalho no setor público e no setor privado, neste caso, especificamente naquelas organizações que prestam serviços direta ou indiretamente às entidades públicas ou que atuem em atividades relacionadas ao desempenho das atividades de tais órgãos.

O curso de Sistemas de Informação, como um todo, integra-se, para a qualificação de profissionais com uma visão geral da área pública, bem como, aspectos dos serviços públicos e privados. O conceito de serviços e o conhecimento de sistemas de administração de serviços, o desenvolvimento estratégico de organizações de serviços público ou privado, o uso da tecnologia da informação, o desenvolvimento da criatividade e inovação e a diversificação estarão contemplados na organização curricular, a fim de promover uma formação específica diversificada, ao mesmo tempo que abrangente.

O setor terciário (serviços) da economia é o que mais cresce, no Brasil e no mundo, enquanto há uma redução de empregabilidade nos demais setores. Neste século, numa era identificada como do conhecimento, quando as redes de computadores eliminam distâncias e a comunicação via satélite ou fibras ópticas aproximam povos, pessoas, organizações e comunidades, o setor de serviços adquire importância jamais conhecida, na economia mundial, requerendo, portanto, formação profissional específica, em nível superior, para os profissionais que desejam ingressar e permanecer nesta área, em qualquer de suas atividades.

Pretende-se, ainda, que o profissional tenha uma formação geral densa, no curso de Sistemas de Informação, estando apto a:

- Compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual se insere e a tomar decisões numa sociedade globalizada e em constantes mudanças, habilitado por meio de uma formação humanística e visão sistêmica;
- Internalizar valores, tais como responsabilidade social, justiça e ética profissional, adequados à dinâmica dos negócios;

▪ Atuar na administração dos diversos tipos de organizações e a desenvolver atividades específicas, provenientes da prática profissional;

▪ Liderar, situando-se em condições de desenvolver seu próprio negócio ou a participar da criação e implementação de organizações;

▪ Atuar em equipes multidisciplinares, interagindo com profissionais de outras áreas;

▪ Empreender ações, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações;

▪ Compreender a necessidade de constante e contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento de suas características básicas de personalidade.

1.2.1.1. Articulação do PPC com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI

O Projeto Pedagógico do Curso guarda coerência com o Projeto Pedagógico Institucional quanto ao referencial teórico-metodológico, princípios, diretrizes, abordagens, estratégias e ações.

O curso está implementado com base nas seguintes diretrizes gerais:

- Defender o compromisso com a democracia, a educação e a justiça social, incrementando sua inserção social e articulando-se no espaço local e regional;
- Promover a melhoria contínua da qualidade acadêmica e privilegiar a qualificação formal e social dos indivíduos, proporcionando o desenvolvimento de ações político-acadêmicas e administrativas pertinentes à sua missão;
- Adotar uma sistemática de avaliação da aprendizagem e de acompanhamento contínuos das ações que configuram o trabalho institucional, realçando parâmetros e critérios compatíveis com o cumprimento de sua missão;
- Assegurar a contemporaneidade dos processos de trabalho e adequando a estrutura organizacional de pessoas e recursos físicos, gerenciais e tecnológicos às exigências de sua missão acadêmica, técnica e administrativa.

O Curso mantém coerência com os objetivos do Centro Universitário que pretende:

a) QUALIDADE DE ENSINO - Assegurar a melhoria contínua da qualidade do ensino, através do domínio e do incremento do estudo das áreas de conhecimento relacionadas, da tecnologia educacional, bem como de formas participativas de avaliação e de reformulação do processo de ensino e aprendizagem.
b) ORGANIZAÇÃO - Manter um sistema organizacional eficiente (mínimo e suficiente), flexível e adequado às necessidades da sua área de atuação.
c) AUTONOMIA - Garantir a autonomia institucional e auto sustentação dos seus empreendimentos.

d) RECURSOS HUMANOS - Preparar e formar um quadro docente e não-docente qualificado, comprometido, em nível pessoal e grupal com a missão, disposto ao aprendizado contínuo e dedicado seriamente ao aluno, razão de ser do Projeto Educativo do Centro Universitário.

e) EXCELÊNCIA ACADÊMICA - Distinguir-se na área do conhecimento estabelecida como meta prioritária, em sintonia com a missão e as necessidades do contexto em que está inserida.

O Curso guarda congruência com a política de responsabilidade social do Centro Universitário, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Brasília e do Distrito Federal.

O Curso está compromissado com as metas institucionais do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, expressas em seu PPI e PDI, quais sejam:

- Abertura de novos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* nas áreas em que atuar;
- Cursos e serviços de extensão abertos à comunidade de Águas Claras e adjacências.
- No seu primeiro quinquênio de funcionamento, programas de iniciação científica diretamente relacionados com as características de Águas Claras e região e para o resgate da memória regional; e programa de avaliação institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação, como integrante do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O projeto do curso cumpre as diretrizes pedagógicas do Centro Universitário, contemplando:

- A superação da fragmentação que envolve os componentes curriculares;
- A prioridade de uma racionalidade ética sobre a racionalidade cognitiva instrumental;
- O reconhecimento de outras formas do saber, o que implica a abertura ao outro;
- A rejeição do caráter único e exclusivo do conhecimento científico;
- A valorização do saber científico e técnico, bem como a revalorização dos saberes não científicos.
- A inclusão de conteúdos referente a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação para os direitos humanos e educação ambiental nas unidades curriculares.

O projeto pedagógico do Curso atende as Diretrizes Curriculares Nacionais, CNE/CES nº 136/2012, aprovado em 8 de março de 2012 e CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, estabelecidas pelo Ministério da Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação.

1.2.1.2. Políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação para os direitos humanos e educação ambiental

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS entende a necessidade frequente de aderência de seus projetos de curso de ensino superior com a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação para os direitos humanos e educação ambiental da região onde se encontra inserida. Sendo assim, o projeto de curso está baseado nesses pilares básicos de desenvolvimento integrado, que são: ecológico, econômico, social, cultural e político; presentes no PDI do UNIPROCESSUS.

O Curso guarda congruência com a política de responsabilidade social do Centro Universitário, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Brasília e do Distrito Federal.

O curso visa justamente a formação integrada entre a teoria e prática, sociedade e trabalho, a ampliação e a melhoria contínua da qualidade do curso, para a educação profissional, são fundamentais para que os trabalhadores brasileiros possam aumentar a sua empregabilidade e disputar as novas oportunidades que o mercado globalizado oferece.

Em suma, o curso está totalmente aderente ao processo de desenvolvimento integrado com os princípios referentes a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação para os direitos humanos e educação ambiental nas unidades curriculares, partindo do pressuposto básico de que para alcançar de forma sistêmica e holística, os pilares básicos do desenvolvimento sustentável, a educação profissional e o saber fazer consistem em instrumentos válidos de desenvolvimento integrado e sustentável.

Os princípios metodológicos, delineados nas diretrizes pedagógicas, são consignados no projeto pedagógico do Curso, com o objetivo de conduzir o educando a aprender a ser, a fazer, a viver em sociedade e a conhecer, para a formação de um perfil profissional universalista, mas centrado em especificidades indispensáveis à empregabilidade, tais como:

- Comportamento humano e ético,
- Criatividade e inovação,
- Aprendizagem continuada,
- Trabalho em equipes multidisciplinares,
- Domínio de comunicação e expressão e,

- Domínio de procedimentos básicos no uso de microcomputadores e navegação nas redes da tecnologia da informação.

1.2.1.3. Objetivos do curso

Contribuir para formação de profissionais, com competências voltadas para a formulação e implementação de estratégias que assegurem a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelas organizações públicas e privadas, promovendo as condições para a busca do bem-estar social e do desenvolvimento sustentável.

1.2.1.4 Objetivos Específicos do Curso

- Capacitar e qualificar alunos nas respectivas áreas de atuação da administração, introduzindo modificações nos processos produtivos de que participam.
- Oportunizar ao aluno conhecimentos em direção organizacional, preparando-os a conduzir processos administrativos e/ou gerenciais.
- Desenvolver novos conceitos de gestão pública e habilidades para o emprego de tecnologias e ferramentas gerenciais.
- Desenvolver habilidades na criação, formulação, controle e execução de políticas públicas.
- Capacitar cidadãos a implantar programas específicos voltados para a mudança da cultura das organizações, intentando passar de uma cultura de acomodação para uma cultura de desafios e exercício da criatividade.
- Capacitar servidores e cidadãos a agir como disseminadores de ideias e conceitos para gerar mudanças culturais no setor público.

1.2.1.5. Perfil do profissional

O egresso do curso deve estar apto a atuar em um ambiente com alto nível de interação e de personalização, e com a complexidade que envolve a harmonização desses fatores, em qualquer organização, onde os profissionais exercem com mais liberdade suas funções. O profissional que se pretende formar deve estar apto a aplicar métodos e técnicas de Tecnologia nas organizações do setor público e privado em que atuar, tendo visão estratégica e consciência de que qualidade é indispensável na prestação de serviços. Deve, ainda, ter uma visão abrangente do setor de serviços públicos e das especificidades dos inúmeros ramos de atividades, aptos a provocar e/ou a se adaptar a mudanças e inovações permanentes.

O curso de graduação em Sistemas de Informação deve formar profissionais com as seguintes competências e habilidades:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimento e exercer o processo de tomada de decisão;
- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos, gerenciais e de controle, *expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- Iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
- Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais;
- Compreender a gestão da inovação e sua importância para a obtenção de vantagens competitivas sustentáveis pelas organizações;
- Apresentar e discutir as principais fontes de inovação e as alternativas estratégicas que podem ser consideradas;
- Implementar processos estratégicos que tenham como base a inovação contínua;
- Relacionar conteúdos de disciplinas vistas no decorrer do curso relacionadas com as diferentes áreas visando a inovação e a competitividade dos setores privados, público e terceiro setor.

1.2.2. ADERÊNCIA COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.2.2.1 Coerência da justificativa/objetivos do curso com a realidade socioeconômica local e regional

O curso for criado para flexibilizar a possibilidade da oferta de curso superior capaz de atender às demandas surgidas com a velocidade do desenvolvimento da sociedade globalizada, muitas vezes voltadas para uma necessidade específica de uma determinada região ou atividade econômica.

A elaboração de regramentos rígidos para a sua criação acabará por engessar de tal modo a evolução do curso que o tornará ineficaz em curtíssimo espaço de tempo, porquanto os impedirá de

cumprir sua finalidade precípua, que é promover a formação em nível superior de profissionais capazes de atender a uma demanda em constante evolução e alteração.

É isenta de dúvidas a premissa de que o mercado de trabalho no Distrito Federal, em face de sua característica predominante de capital administrativa do País, é composto pelo serviço público e pelas empresas que prestam serviços, direta ou indiretamente, às entidades públicas aqui instaladas.

Desse modo, há muito o Distrito Federal se ressente da falta de profissionais realmente capacitados para a prestação deste tipo de serviço, ou seja, o mercado de trabalho preponderante da região sofre historicamente com a falta de mão-de-obra qualificada.

E é justamente este o fundamento que norteia o presente projeto, formar profissionais capacitados para atender não apenas ao setor público, grande contratador de mão-de-obra no Distrito Federal e entorno, mas também ao grande número de empresas do setor privado que atuam na prestação de serviços direta e indiretamente às entidades da Administração Pública.

1.2.2.2. Coerência dos postos de trabalhos a serem ocupados com o perfil profissional de conclusão

Como apontado anteriormente, o mercado de trabalho no Distrito Federal, em face de sua característica predominante de capital administrativa do País, é composto pelo serviço público e pelas empresas que prestam serviços, direta ou indiretamente, às entidades públicas aqui instaladas.

Desse modo, evidencia-se a premissa de que os postos de trabalho a que se destinam os profissionais formados pelo curso ora proposto se encontram inseridos nestes nichos do mercado de trabalho, ou seja, de forma resumida, os egressos do curso proposto deverão ocupar postos de trabalho no setor público e no setor privado, neste caso, especificamente naquelas empresas que prestam serviços direta ou indiretamente às entidades públicas ou que atuem em atividades relacionadas ao desempenho das atividades de tais órgãos.

No setor público, os profissionais egressos do curso ora proposto estarão habilitados a concorrer aos cargos que demandem formação de nível superior nos órgãos do Poder Judiciário sediados no Distrito Federal, especificamente os Tribunais locais – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª. Região – TRT 10ª Região, Tribunal regional Federal da 1ª Região – TRF 1ª. Região e Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE/DF.

Por ser o Distrito Federal a capital da República, estão ainda aqui sediados todos os Tribunais Superiores do País, sendo certo que os egressos do curso ora proposto estarão ainda habilitados a concorrer a cargos semelhantes nestes tribunais – Tribunal Superior do Trabalho – TST, Superior Tribunal

Militar – STM, Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

No setor privado, os postos de trabalho se encontram num leque amplo, pois cresce a cada dia a ampliação de instituições que especializem suas atividades também inter-relacionadas com o setor público, com a utilização de profissionais especializados para cada setor de seus serviços.

Destarte, múltiplos são os postos de trabalhos que se descortinam para os profissionais egressos do curso ora proposto, haja vista o estreito relacionamento entre os setores público e privado no Distrito Federal, em virtude das características peculiares da capital da República, onde esta interface é mais notada e cada vez mais profunda.

1.2.3. MATRIZ CURRICULAR

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CH TOTAL	CH TEÓRICA	CH EXTENSÃO
1º	Língua Portuguesa	80	80	-
	Fundamentos de Sistemas de Informação – Remoto	80	80	-
	Métodos Quantitativos	80	80	-
	Sistemas Operacionais – Remoto	80	80	-
	Programação Estruturada	80	80	-
	Linguagem Brasileira dos Sinais (Optativa)	(-80)	-	-
	TOTAL ⇒	**400**	**400**	**-**
2º	Engenharia de Requisitos – Remoto	80	80	-
	Análise, Arquitetura e Projeto de Sistemas com UML – Remoto	80	80	-
	Banco de Dados I	80	80	-
	Linguagem de Programação I	80	80	-
	Estrutura de Dados	80	80	-
	Atividade de Extensão I	80	-	80
	TOTAL ⇒	**480**	**400**	**80**
3º	Engenharia de Software	80	80	
	Redes e Segurança de Computadores – Remoto	80	80	-
	Linguagem de Programação II	80	80	-
	Programação Orientada a Objetos – Remoto	80	80	-
	Banco de Dados II	80	80	-
	Gestão e Governança de Tecnologia da Informação – Remoto	80	80	-
	Atividade de Extensão II	80	-	80
	TOTAL ⇒	**560**	**400**	**80**
4º	Linguagem de Programação III	80	80	-
	Tópicos Especiais – Remoto	80	80	-
	Programação para Dispositivos Móveis	80	80	
	Teste e Qualidade de Software – Remoto	80	80	-
	Tópicos Avançados em Tecnologia I – Remoto	80	80	-
	Gestão de Política, Programas e Projetos	80	80	-
	Atividade de Extensão III	80	-	80
	TOTAL ⇒	**560**	**480**	**80**
5º	Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação – Remoto	80	80	-
	Pesquisa e Ordenação – Remoto	80	80	-
	Fundamentos de Administração	80	80	-
	Fundamentos de Inteligência Artificial	80	80	-
	TOTAL ⇒	**320**	**320**	**-**
6º	Sistemas de apoio a Decisão – Remoto	80	80	-
	Empreendedorismo e Inovação	80	80	-
	Atividade de Extensão IV	80	-	80
	TOTAL ⇒	**240**	**160**	**80**
7º	Abordagens disruptivas em Tecnologia da Informação – Remoto	80	80	-
	Estágio Curricular Supervisionado	240	240	-
	Atividade de Extensão V	80	-	80
	TOTAL ⇒	**400**	**320**	**80**

8º	Computação em Nuvem – Remoto	80	80	-
	Tópicos Avançados em Tecnologia II – Remoto	80	80	-
	Introdução a Ciência de Dados	80	80	-
	TOTAL ⇒	**240**	**240**	**-**
HORAS DE SALA DE AULA		3.200	-	-
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		160	160	-
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		240	-	-
HORAS DE PRÁTICA DE EXTENSÃO		320	-	320
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO		**3.360**	**160**	**320**
DIPLOMAÇÃO: *BACHAREL EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO*				
DISCIPLINA OPTATIVA - LIBRAS (CONFORME DECRETO Nº. 5226 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005				

1.2.3.1. Ementas e bibliografias

1° Semestre

SISTEMAS OPERACIONAIS

EMENTA

Estudo dos conceitos teóricos e práticos que compõem cada módulo de um sistema operacional, bem como sua evolução e como os recursos de hardware e software são gerenciados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TANENBAUM, A. Sistemas Operacionais Modernos. 3. ed. Prentice Hall Brasil, 2010

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter B.; GAGNE, Greg. Fundamentos de Sistemas Operacionais - Princípios Básicos. Rio de Janeiro: LTC, 2013

MOTA FILHO, João Eriberto. Descobrindo o Linux - Entenda o Sistema Operacional GNU/Linux. 3. ed. São Paulo: Novatec, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENTES, Amaury. TI Update - a tecnologia da informação nas grandes empresas. Rio de Janeiro: Brasport, 2008

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Arquitetura da informação: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011

PRESSMAN, Roger S.Engenharia de software: uma abordagem profissional. São Paulo: Bookman, 2011

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9ª edição, editora Pearson, 2011

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de Informação e Informática, 5ª edição, Editora Grupo Gen, 2016

FUNDAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

EMENTA

Estudo dos fundamentos e conceitos de sistemas de informação com enfoque na sua classificação, seus componentes e relacionamentos. Compreensão da vantagem competitiva no uso da informação, bem como, dos sistemas de gestão do conhecimento e de suporte à decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 9ª edição, Editora Prentice Hall, 2010

O'BRIEN, J. A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. 3ª edição, Editora Saraiva, 2010.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de Informação e Informática, 5ª edição, Editora Grupo Gen, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENTES, Amaury. TI Update - a tecnologia da informação nas grandes empresas. Rio de Janeiro: Brasport, 2008

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Arquitetura da informação: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software: uma abordagem profissional. São Paulo: Bookman, 2011

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9ª edição, Editora Pearson, 2011

MANZANO, José Augusto Navarro Garcia. Algoritmos Funcionais. 1ª edição, Editora Alta Books, 2020

LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA

Revisão de gramática. Análise lógica e gramatical. Interpretação de textos (a partir de literatura brasileira). Leitura e produção de textos. Aspectos gerais da construção textual. Características do texto acadêmico-científico. Modalidades discursivas: narração, descrição, dissertação. Argumentação. Coesão e coerência textuais. Análise e produção de textos específicos. Panorama geral das manifestações da literatura portuguesa e brasileira. Redação. Exercícios práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Adriano. Língua portuguesa: compreensão e interpretação de textos. São Paulo: Método, 2014.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Gramática didática e interpretação de textos: teoria e exercícios (com o novo acordo ortográfico). 17. ed. Brasília: JRG, 2015.

MARTINS, D. S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo Atlas, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Antonio Fernando de. ALMEIDA, Valéria Silva Rosa de. Português básico: gramática, redação, texto. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES Jonas Rodrigo. Metodologia científica e redação acadêmica. 7. ed. Brasília: JRG, 2015.

BEZERRA, Rodrigo. Nova gramática da língua portuguesa para concursos. 8. ed. São Paulo: Método, 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa:noções básicaspara cursos superiores. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010

DIDIO, Lucie. Leitura e produção de textos. São Paulo: Atlas, 2013.

MÉTODOS QUANTITATIVOS

EMENTA

Revisão de Matemática Básica. Noções de cálculo diferencial e integral. Estatística descritiva. Noções de Inferência Estatística. Regressão linear. Análise Multivariada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOLDSTEIN, Larry J.LAY, David C. SCHNEIDER, David I. Matemática aplicada: à economia, administração e contabilidade. Porto Alegre-RS, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TRIOLA, Mário F. Introdução à estatística: atualização da tecnologia. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, Willian de O; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. 9. ed. São Paulo: Atual, 2017.

KAZMIER, Leonardo J. Estatística aplicada à economia e administração. São Paulo: Makron Books, 2004.

MUROLO, Afrânio Carlos BONETTO, Giácomo Augusto. Matemática aplicada: à administração, economia e contabilidade. 2. ed. São Paulo, 2012

DOMINGUES, Osmar; MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

VIRGILLITO, Salvatore Benito. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2017.

PROGRAMAÇÃO ESTRUTURADA

EMENTA

Estudo dos conceitos de algoritmo e lógica de programação que capacitem o aluno ao uso de alguma ferramenta de desenvolvimento do mercado, com aplicação prática dos conceitos das técnicas de programação, utilizando-se de uma linguagem de programação estruturada como C ou Pascal, aplicando os conceitos de variáveis, estruturas de decisão condicional e estruturas de repetição, além do emprego de vetores, matrizes e funções na solução de problemas que encontrem resposta no campo da computação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Deitel, Paul; Deitel, Harvey, C: como programar - 6ª edição, Editora Pearson, 2011

John Mueller; Luca Massaron. Algoritmos Para Leigos. 1ª edição, Editora Alta Books, 2018

ASCENCIO, Ana Fernanda G.; CAMPOS, Edilene Aparecida V. Fundamentos da programação de computadores: Algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 3ª edição, Editora Pearson, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FORBELLONE, André Luiz V; EBERSPACHER, Henri F. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005

MANZANO, Jose Augusto Navarro Garcia. Algoritmos Funcionais. 1ª edição, Editora Alta Books, 2020

CELES, Waldemar; CERQUEIRA, Renato; RANGEL, José Lucas. Introdução a estruturas de dados: com técnicas de programação em C. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004

FURLAN, Marco Antonio de et al. Algoritmos e lógica de programação. São Paulo: Thomson, 2005

ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos: com implementação em Pascal e C. 2ª edição, Editora Thomson, 2004.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

EMENTA

Aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez; Contextos de Conversação A língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia e sintaxe; Políticas Públicas, Legislação e Comunidade Surda. Gramática: Configurações de Mão. Alfabeto Manual ou datilológico. Saudações. Pronomes Interrogativos. Pronomes Pessoais. Pronomes Demonstrativos e Advérbios de lugar. Pronomes Possessivos. Numerais. Tipos de frases na Libras. Direção – Perspectiva. Os advérbios de tempo. Advérbios de modo incorporados aos verbos. Pronomes e Expressões Interrogativas. Expressões idiomáticas relacionadas ao ano sideral. Expressões Interrogativas e advérbio de frequência. A forma condicional "si". Cultura e Comunidade Surda. A Língua Brasileira de Sinais. LEGISLACAO: Lei de Libras. Decreto 5626/05.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, Audrei. Libras? Que Língua é Essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 4ªed. Autêntica: Belo Horizonte, 2015.

NOVAES, Edimarcius Carvalho. Surdo, Educação, Direito e Cidadania. 2ª ed. São Paulo: Wak, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SÁ, Nídia. Cultura, Poder e Educação de Surdos. 2ª ed.São Paulo: Paulinas, 2010

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos, concepções e implicações práticas. São Paulo: Juruá, 2010.

GESSER, Audrei. O ouvinte e a Surdez: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola, 2012.

SOUZA, Regina Maria. SILVESTRE, Núria. Educação de Surdos: pontos e contra pontos. 4ª ed. São Paulo: Sumus, 2015

2° Semestre

ENGENHARIA DE REQUISITOS

EMENTA

Estudo das diversas fases envolvidas na Engenharia de Requisitos no contexto de desenvolvimento de software e abordagem das técnicas e artefatos adequados para cada uma dessas fases do processo de elicitação dos requisitos funcionais e não funcionais de um projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 7ª edição, Editora McGraw-Hill, 2011

WAZLAWICK, Raul Sidnei. Engenharia de software - conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Campus. 2013

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 11ª edição, Editora Pearson Prentice Hall, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOOCH, Grady; Rumbaugh, James; Jacobson, Ivar. UML: guia do usuário. 2ª edição, Editora Elsevier, 2012

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Análise e gestão dos requisitos de software: onde nascem os sistemas. 1ª edição, Editora Érica, 2011

LEDUR, Cleverson Lopes. Análise e Projeto de Sistemas. 1ª edição, Editora Grupo A, 2018

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de Informação e Informática, 5ª edição, Editora Grupo Gen, 2016

John Mueller; Luca Massaron. Algoritmos Para Leigos. 1ª edição, Editora Alta Books, 2018.

ANÁLISE, ARQUITETURA E PROJETO DE SISTEMAS COM UML

EMENTA

Análise de requisitos: requisitos funcionais e requisitos não-funcionais; técnicas para levantamento e representação de requisitos, incluindo casos de uso. Modelagem OO: classe, atributo, associação, agregação e herança. Projeto OO: técnicas para projeto; padrões de projeto, componentes e frameworks; projeto de arquitetura; mapeamento objeto-relacional. Linguagem de especificação orientada a objetos. Métodos de análise e projeto orientados a objetos. Desenvolvimento de um software OO.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Erich Gamma (Autor); Richard Helm (Autor); Ralph Johnson (Autor); John Vlissides (Autor). Padrões de projeto: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos. Porto Alegre: Bookman, 2007. ISBN: 9788573076103

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software: uma abordagem profissional. São Paulo: Bookman, 2011. ISBN: 9788563308337

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. Edição: 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788579361081.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões. Edição: 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013 ISBN: 9788521616504

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues.Análise e gestão de requisitos de software. Edição:3. ed. São Paulo: Érica; FGV, 2016 ISBN: 9788536516066

ENGHOLM JUNIOR, Helio. Engenharia de software na prática. São Paulo: Novatec, 2010. ISBN: 9788575222171

Craig Larman. Utilizando UML e Padrões. Bookman, 2007. ISBN 8560031529, 9788560031528

RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I.; BOOCH, G., The Unified Modeling Language Reference Manual, Addison Wesley, 2nd ed, 2004.

BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I., Unified Modeling Language User Guide, 2nd Edition, Addison Wesley, 2005.

BANCO DE DADOS I

EMENTA

Modelo de Dados. Modelo entidade-relacionamento: conceitos básicos de entidade, relacionamento e atributo; generalização/especialização; entidades associativas. Modelo conceitual de dados utilizando banco de dados Relacionados por meio de Estudos de casos. Arquiteturas de SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados). Modelagem de dados e projeto de banco de dados. Normalização de dados. Linguagem relacional (SQL). Modelos de dados conceitual e lógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Tradução da 8ª edição americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 865 p.: il.;

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, B. Shamkant. Sistemas de banco de dados. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 724 p.: Il;

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 15ª ed. São Paulo: Érica, 2007. 298 p.: il. ISBN 978-85-7194-312-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HEUSER, Carlos Alberto. UFRGS Instituto de Informática. Projeto de banco de dados; Carlos Alberto Heuser. Instituto de Informática da UFRGS. 5 ed. São Paulo: Sagra Luzzato, 2004. 236 p. (Série Livros Didáticos, n. 4);

SILBERSCHATZ, Abraham; VIEIRA, Daniel; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 781 p.

PRESSMAN, Roger S.Engenharia de software: uma abordagem profissional. São Paulo: Bookman, 2011. ISBN: 9788563308337

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. Edição: 9. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788579361081

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 15ª ed. São Paulo: Érica, 2007. 298 p.: il. ISBN 978-85-7194-312-4.

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO

EMENTA

Estudo dos conceitos de programação que capacitem o aluno ao uso de mais de uma ferramenta de desenvolvimento do mercado, com aplicação prática dos conceitos das técnicas de programação estruturada e orientada a objetos, utilizando-se de uma linguagem de programação com suporte à implementação de classes, herança, polimorfismo e encapsulamento de atributos e métodos como Python, aplicando os conceitos de estruturas de decisão condicional e estruturas de repetição, além do emprego de vetores, matrizes, funções, Listas, Tuplas, Dicionários e Conjuntos na solução de problemas que encontrem respostas no campo da computação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANIN, Sérgio Luiz. Python 3 - Conceitos e Aplicações - Uma abordagem didática. 1ª edição, Editora Saraiva, 2018

MUELLER, John Paul. Começando a Programar em Python Para Leigos. 1ª edição, Editora Alta Books, 2020

ALVES, William Pereira. Programação Python: aprenda de forma rápida. 1ª edição, Editora Saraiva, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PERKOVIC, Ljubomir. Introdução à Computação Usando Python - Um Foco no Desenvolvimento de aplicações. 1ª edição, Editora Grupo Gen, 2016

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de Sistemas de Informação e Informática, 5ª edição, Editora Grupo Gen, 2016

John Mueller; Luca Massaron. Algoritmos Para Leigos. 1ª edição, Editora Alta Books, 2018

MANZANO, José Augusto Navarro Garcia. Algoritmos Funcionais. 1ª edição, Editora Alta Books, 2020

FURLAN, Marco Antonio de et al. Algoritmos e lógica de programação. São Paulo: Thomson, 2005.

ESTRUTURA DE DADOS

EMENTA

Estudo das estruturas básicas para representação de informações. Análise de algoritmos para construção, consulta e manipulação de tais estruturas para posterior situação de desenvolvimento, implementação e testes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, J. Aprendendo C na prática. 1ª edição, Editora Ciência Moderna, 2014

SILVA, Osmar Quirino da. Estrutura de dados e algoritmos usando C. São Paulo: Ciência Moderna, 2007

SCHILDT, Herbert. C: completo e total. 3ª edição, Editora Makron Books, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. Fundamentos da programação de computadores: algoritmos, pascal, C/C++ e java. 2ª edição, Editora Pearson, 2007

CELES, Waldemar; CERQUEIRA, Renato; RANGEL, José Lucas. Introdução a estruturas de dados: com técnicas de programação em C. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004

John Mueller; Luca Massaron. Algoritmos Para Leigos. 1. edição, São Paulo: Editora Alta Books, 2018

MANZANO, Jose Augusto Navarro Garcia. Algoritmos Funcionais. 1ª edição, Editora Alta Books, 2020

LORENZI, Fabiana; MATTOS, Patrícia Noll de; CARVALHO, Tanisi Pereira de. Estrutura de dados. São Paulo; Thomson, 2007.

3º SEMESTRE

REDES E SEGURANÇA DE COMPUTADORES

EMENTA

Conceitos de redes de computadores. Teoria básica de comunicação de dados. Serviços de redes. Cabeamento de redes. Infraestrutura lógica. Modelo OSI (Open System Interconnection). Protocolos de Redes. Protocolo da internet – TCP/IP. Estudo das camadas de redes. Órgãos regulamentadores de infraestrutura de rede, projeto de redes, software de gestão de redes, introdução a segurança da informação e segurança de redes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 3 ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2006. Classificação : 004.738.5 K96r 3. ed. Ac.194

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. Rio de Janeiro: Campus, 2003. Classificação : 004.73 T164r Ac.246

TORRES, Gabriel. Redes de computadores: curso completo. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. 664 p. Classificação : 004.7 T693r Ac.578.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GASPARINI, Anteu Fabiano Lúcio. Infraestrutura, protocolos e sistemas operacionais de LANs: redes locais. 2. ed. São Paulo: Érica, 2007. 334 p. Classificação: 004.732 G249i 2. ed. Ac.2545

THOMPSON, Marco Aurélio. Windows server 2003: administração de redes. 5. ed. São Paulo: 2007. 370 p. ISBN 9788571949805. Classificação: 004.451.9 T474w 5. ed. Ac.1985

FIORESE, Virgílio. Wireless: introdução às redes e operações de telecomunicações móveis celulares. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

COSTA, Daniel Gouveia. Administração de redes com scripts: bash script, python e VBScript. Rio de Janeiro: Brasport, 2007. 151p;

SOARES, Luis Fernando Gome. "Redes de Computadores - Das LAN's, MAN's e WAN's às Redes ATM". Editora Campus, 1995.

BANCO DE DADOS II

EMENTA

Conceitos de Banco de Dados e gerenciador de banco de dados. Modelo Entidade-Relacionamento, Modelagem Lógica de Dados. Integridade Referencial. Formas Normais: 1FN, 2FN e 3FN. Etapas do Projeto de Banco de Dados. Estudo e compreensão de linguagem para banco de dados. Conhecimento e aplicação prática dos principais comandos da linguagem SQL, abordando Linguagem de Manipulação de Dados, Linguagem de Definição de Dados e Linguagem de Controle de Dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Tradução da 8ª edição americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 865 p.: il.;

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, B. Shamkant. Sistemas de banco de dados. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 724 p.: Il;

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 15ª ed. São Paulo: Érica, 2007. 298 p.: il. ISBN 978-85-7194-312-4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HEUSER, Carlos Alberto. UFRGS Instituto de Informática. Projeto de banco de dados; Carlos Alberto Heuser. Instituto de Informática da UFRGS. 5 ed. São Paulo: Sagra Luzzato, 2004. 236 p. (Série Livros Didáticos, n. 4);

SILBERSCHATZ, Abraham; VIEIRA, Daniel; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 781 p.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 15ª ed. São Paulo: Érica, 2007. 298 p.: il. ISBN 978-85-7194-312-4.

ROB Peter; CORONEL, Carlos, Sistemas de Banco de Dados – Projeto, Implementação e Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2011;

FERRARI Fabrício Augusto. Crie bancos de dados em MySQL São Paulo: Digerati Books, 2007.

GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EMENTA

Planejamento, modelo e implementação de Governança e Gestão de TI, objetivos e estrutura do modelo CobiT (Control Objectives for Information and Related Technology), Legislação específica para TI. Propriedade intelectual. Licenciamento de software. Aspectos legais básicos. Principais conceitos e processos envolvidos na governança e gestão de TI. Conceitos relacionados à implantação de governança e gestão de TI. Conceitos e processos de implantação de governança e gestão de TI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES e ABREU. Implantando a Governança de TI. 3ª ed. – Rio de Janeiro. Brasport, 2012

WEILL, Peter e ROSS, Jeanne W. Governança de TI - Tecnologia da Informação. São Paulo. M.Books, 2005.

ARAÚJO FILHO, J. C. de F. ; CASTRO, A. A. Manual de informática jurídica e direito da informática. São Paulo: Companhia Forense, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROVER, A. J. Direito e informática. São Paulo: Manoele, 2004.

ESCOBAR, J. C. M. Serviços de telecomunicações: aspectos jurídicos e reguladores. São Paulo: Livraria do Advogado, 2005.

OLIVEIRA, A. B. de. Novos direitos: direito de informática e a tributação de programa de computador. São Paulo: Momento Atual, 2002.

MARCACINI, A T. R.. Direito e informática: uma abordagem jurídica sobre criptografia. São Paulo: Companhia Forense, 2002.

AKABANE, Getulio K. Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo Atlas 2012 1 recurso online ISBN 9788522475803. (ebook)

Cestari Filho, Vinícius. Gerenciamento de Serviços de TI, Rio de Janeiro: RNP/ESR, 2011. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/49511229/Gerenciamento- deServicos-de-TI.

4° Semestre

TÓPICOS AVANÇADOS EM TECNOLOGIA I

EMENTA

Estudo dos principais conceitos e processos envolvidos do estado da arte na área de TI. Tópicos avançados e recentes na área de Tecnologia da Informação com ênfase nas técnicas e conhecimentos existentes no momento do oferecimento da disciplina. Tendências tecnológicas, ferramentas e metodologias de TI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software: uma abordagem profissional. São Paulo: Bookman, 2011

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9ª edição, Editora Pearson, 2011

MANZANO, José Augusto Navarro Garcia. Algoritmos Funcionais. 1ª edição, Editora Alta Books, 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Daniel Gouveia. Administração de redes com scripts: bash script, python e VBScript. Rio de Janeiro: Brasport, 2007. 151p;

SOARES, Luis Fernando Gome. "Redes de Computadores - Das LAN's, MAN's e WAN's às Redes ATM". Editora Campus, 1995.

DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Tradução da 8ª edição americana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 865 p.: il.

CELES, Waldemar; CERQUEIRA, Renato; RANGEL, José Lucas. Introdução a estruturas de dados: com técnicas de programação em C. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004

John Mueller; Luca Massaron. Algoritmos Para Leigos. 1. edição, São Paulo: Editora Alta Books, 2018

TESTE E QUALIDADE DE SOFTWARE

EMENTA

Introdução a Testes de Software. Planejamento e execução de testes. Gerenciamento de Defeitos e Análise dos Resultados. Compreender os principais conceitos da qualidade de software aplicados no

desenvolvimento e manutenção, utilizando técnicas para garantia da qualidade nas diversas fases do processo e ciclo de vida do desenvolvimento de software.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOMMVERVILE, Ian. Engenharia de Software. 10. ed. Pearson Education do Brasil, 2019.

BARTIÉ, Alexandre. Garantia da Qualidade de Software. São Paulo: Campus, 2002.

KOSCIANSKI, André; SOARES, Michel dos S. Qualidade de Software. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MECENAS, Ivan; OLIVEIRA, Vivianne de. Qualidade em SOFTWARE. São Paulo: Alta Books, 2005.

SCHACH, Stephen R. Engenharia de Software: os paradigmas classic e orientado a objetos. 7. ed. McGraw-Hill - Artmed, 2009.

KOSCIANSKI, André; SOARES, Michel dos Santos. Qualidade de Software - Aprenda as Metodologias e Técnicas Mais Modernas para o Desenvolvimento. Novatec, 2007.

HIRAMA, Kechi. Engenharia de Software: qualidade e produtividade com tecnologia. Campus, 2011.

BEZERRA, Eduardo. Princípios de Análise e Projeto de Sistemas com UML. Editora Campus, 2007.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

EMENTA

Componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EMENTA

Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso. Redação de monografia de caráter científico e/ou tecnológico. Apresentação de trabalhos acadêmicos em público. -Orientação e acompanhamento de estagio supervisionado obrigatório; -Orientação ao trabalho de conclusão de curso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SERRA NEGRA. Elizabete Marinho.; SERRA NEGRA, Carlos Alberto. Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado: totalmente atualizado de acordo com as normas da ABNT. 4ª ed. São Paulo: Atlas

BAUER, Martin W. ; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. 13ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Gilberto de Andrade. ; LINTZ, Alexandre. Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso. 2ª ed. Atlas-São Paulo: Atlas, 2010.

FILATRO, Andrea; CAIRO, Sabrina. Produções de Conteúdos Educacionais: Produção de Conteúdos Educacionais: design instrucional, tecnologia, gestão, educação, comunicação. São Paulo: Saraiva,2015.

BERTUCCI, Janete de Oliveira. Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos: ênfase na elaboração de tcc de pós-graduação lato sensu. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Cientifica: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

EMENTA

É uma atividade curricular obrigatória, de treinamento prático, aprimoramento técnico, cultural, científico e de relações humanas, visando a complementação do processo de ensino-aprendizagem proporcionado ao aluno por meio de observações, estudos, pesquisas, visitas, exercício profissional e etc. Sob a responsabilidade e coordenação de professor do curso. Os tópicos a seguir serão esclarecidos e discutidos em sala de aula com os alunos devidamente matriculados na disciplina: 1. Legislação para Estágio Supervisionado em Tecnologia; Termo de Compromisso, Plano de atividades de Estagio, Ficha de avaliação de Estágio, Apresentação oral do Estagio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOMMVERVILE, Ian. Engenharia de Software. 10. ed. Pearson Education do Brasil, 2019.

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9ª edição, Editora Pearson, 2011

BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I., Unified Modeling Language User Guide, 2nd Edition, Addison Wesley, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VERGARA, S. V. Métodos de Coleta de dados no campo

OLIVEIRA. Raquel Gomes. Estágio Curricular Supervisionado.

MATINS. G.A Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**.**

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. São Paulo: Athas, 2011.

BRASIL. LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei 9.394/1996**.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 1996.

1.2.3.2. Coerência do currículo com os objetivos do curso

O currículo do curso de Sistemas de Informação está coerente com o compromisso do UNIPROCESSUS com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão humanística e crítica da realidade social é trabalhada ao longo de todo o curso, inserindo no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática da Tecnologia.

O inter-relacionamento entre as disciplinas do curso levará o egresso ao cumprimento dos objetivos do curso, ou seja, à formação de um profissional de nível superior capacitado a atuar principalmente na área de Tecnologia, mas com conhecimentos e habilidades relevantes à área de gestão, utilizando adequadamente e de forma otimizada os recursos técnico-científicos disponíveis para o desenvolvimento profissional.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso, está fortemente subsidiado por projetos integradores e pela prática profissional de aproximação ao ambiente profissional. Aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

1.2.3.3. Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso

Partiu-se do pressuposto que o profissional da área de Tecnologia tem como atribuições essenciais o conhecimento das funções da administração, aos serviços da administração pública, além de flexibilidade intelectual, capacidade analítica para interpretar informações, capacidade de auto atualização, capacidade gráfica e oral e competência para acompanhar as transformações sociais e tendências mercadológicas e perspectivas do exercício profissional para compor equipes multiprofissionais na área de gestão e serviços; bem como, ensino, pesquisa aplicada e extensão a nível universitário.

Com este propósito, o currículo do curso de Sistemas de Informação apresenta uma proposta multi e transdisciplinar, propiciando uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística, tecnológica e de gestão, com espírito empreendedor, e consciente da ética profissional.

A capacitação profissional está alicerçada no desenvolvimento de competências para o exercício do pensamento crítico e juízo profissional.

1.2.3.4. Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais e/ou à legislação vigente

O currículo de graduação em Sistemas de Informação do UNIPROCESSUS foi estruturado para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, CNE/CES nº 136/2012, de 8 de março de 2012 e CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação.

Levou-se em consideração também, à educação multidisciplinar e humanista, qualificando o aluno para o exercício da atividade, capacitado para o gerenciamento e o desenvolvimento de atividades voltadas para a área de Tecnologia.

O currículo do curso abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas por matrículas semestrais, em uma seriação adequada aos componentes do plano do curso: Formação Básica, Formação Específica e Formação Teórico-Prática, que constituem um ciclo comum e um ciclo específico constituído por conteúdos que favorecem os conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais que caracterizam a modalidade.

As disciplinas são hierarquizadas em semestres, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do Bacharel em Sistemas de Informação.

A carga horária total do curso é de 3.360 horas, já incluídas as horas para Atividades Complementares, bem como atingindo o mínimo exigido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que é de 3.000 (três mil) horas.

1.2.3.5. Adequação da metodologia de ensino à concepção do curso

Considerando que as avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e que o próprio curso deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação (Lei Nº 10861, DE 4 DE ABRIL DE 2004 -

SINAES) e com a dinâmica curricular; optamos por priorizar as práticas pedagógicas que utilizam as atividades grupais.

As práticas pedagógicas a serem empregadas no curso serão apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de tutoria e aprendizagem orientada para a comunidade, conforme consta abaixo.

a) Aprendizagem autodirigida

O estudante deverá conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constituem um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso, serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados.

Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos.

Cada aluno poderá discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu tutor e/ou orientador. Desta forma, procurar-se-á estimular os discentes para que desenvolvam sua capacidade de compreensão dos conteúdos ministrados através de práticas personalizadas de estudo com o auxílio de professores escolhidos pelos mesmos e nomeados pela Pró-Reitoria Acadêmica da IES como responsáveis pela orientação do discente.

b) Aprendizagem baseada em problemas ou casos

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- Aclarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?
- Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;

- Identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupal;
- Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema?;
- Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora?
- Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares;
- Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.
- Neste sentido, o discente poderá vivenciar situações práticas em sala de aula e em visitas técnicas conduzidas e orientadas por professores responsáveis por disciplinas específicas.

c) Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo tutoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e argumentos levantados, ideias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O aluno deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais.

O grupo de tutoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde alunos podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo.

É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais.

O grupo tutoria promove a oportunidade para a auto avaliação, na qual o aluno pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção.

Os grupos de tutoria serão compostos por alunos e suas atividades orientadas por um professor tutor, escolhido pelos alunos e nomeado pela Pró-Reitoria Acadêmica da IES.

d) Aprendizagem orientada para a comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem.

A interação com a comunidade deve ser desenvolvida continuamente em todas as séries do curso. Esta inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras.

A interação comunitária permitirá ao aluno trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo à temática da área de estritamente, mas estendendo-se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados. Os alunos conduzirão, em equipes, pesquisas na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas.

A meta da interação comunitária é proporcionar aos alunos, por meio de um trabalho contínuo durante todo o curso de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional. Esta meta será alcançada a partir do desenvolvimento de atividades em comunidades-alvo, através da execução de projetos de pesquisa e extensão elaborados e coordenados por professores com o auxílio da Coordenação do Curso, além do envolvimento ativo do aluno na preparação e ministração de cursos e/ou oficinas dirigidos à comunidade.

1.2.3.7. Inter-relação e dimensionamento da carga horária das disciplinas/unidades curriculares na concepção e execução do currículo

a) INTER-RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS COM O CURRÍCULO

A interdisciplinaridade é mais marcante em algumas disciplinas e menos em outras. Nos módulos básicos do curso a relação interdisciplinar, é muito tênue, dado o caráter específico de cada uma das disciplinas. Com o evoluir do curso, a inter-relação vai acontecendo com mais intensidade, procurando evitar as repetitividades de temas.

De modo geral, a inter-relação, se preocupa com a hierarquização das disciplinas com base no critério da construção gradativa do conhecimento. Assim, as disciplinas que necessitam de

conhecimentos prévios para o seu pleno aproveitamento foram precedidas das disciplinas que oferecem aos alunos os conhecimentos de caráter básico e indispensável.

Quanto às disciplinas de caráter profissionalizante, abrangem os conteúdos específicos do curso, correspondendo, portanto, à maior parte da carga horária destinada às disciplinas. Seu acompanhamento está embasado nos conhecimentos adquiridos nos períodos iniciais e sua execução privilegia uma sequência lógica e gradativa entre as disciplinas.

As disciplinas relativas à formação prática curricular estão dispostas desde o módulo básico do curso até a sua conclusão, e encontram-se, em articulação intrínseca com aproximação com o ambiente profissional, por meio da disciplina Estágio Supervisionado, com as atividades complementares e com as atividades de pesquisa acadêmica- PA (atividade extraclasse), concorrendo, conjuntamente para a formação da identidade do profissional da Administração. Trata-se de uma prática que se constrói no âmbito do ensino e é uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científica.

Esforços sempre estarão sendo feitos no sentido de que a interdisciplinariedade e a trilogia: ensino, pesquisa e extensão constituam presença no quotidiano do estudante desde o início do curso.

1.2.3.8. Adequação, atualização e relevância da bibliografia

A bibliografia básica e complementar, indicada para o curso de Sistemas de Informação, abrange completamente os conteúdos constantes nas ementas das disciplinas. Serão atualizados e em quantidade suficiente para atender a demanda de alunos, ou seja, terá 10 exemplares de cada título indicado para a bibliografia básica e 2 exemplares de cada título indicado na bibliografia complementar.

As bibliografias serão renovadas durante o processo semestral de atualização das ementas e programa, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

1.2.4. FLEXIBILIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE CURRICULAR

O UNIPROCESSUS preza em todos os seus cursos a interdisciplinaridade, zelando pelo respeito entre as profissões, favorecendo a ampliação do saber.

As informações detalhadas sobre a flexibilidade e interdisciplinaridade curricular do curso de Sistemas de Informação estão nos subitens deste tópico.

A seguir, encontra-se o quadro de aulas, para demonstrar o cumprimento dos dias letivos, das 3.360 horas do Curso de Bacharel em Sistemas de Informação.

PERÍODO MATUTINO E NOTURNO

As semanas contarão com 20 horas, ou seja, serão 4 aulas de 2ª a 6ª feira, por semestre, com 60 minutos cada e intervalo de 15 minutos a cada duas aulas.

1.2.4.1. Mecanismo de aproveitamento de competências profissionais adquiridas no trabalho

O conhecimento adquirido pelo aluno, ministrado pelo Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos, de acordo com as seguintes normas gerais:

- O aluno poderá requerer Certificação de Conhecimento Adquirido no Trabalho para aproveitamento em disciplinas ou atividades do curso em que estiver regularmente matriculado, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico.
- O requerimento deve ser instruído, sempre que possível, com documentos que facilitem a decisão a respeito do pedido, assim como informações que o aluno julgar conveniente anexar.
- O processo de certificação será desenvolvido por comissão, designada pelo Coordenador do Curso, composta de, no mínimo, três professores, em condições de avaliar as habilidades e competências adquiridas no trabalho.
- A comissão deliberará pela maioria simples de seus membros, avaliando o aluno segundo as normas regimentais da avaliação da aprendizagem, atribuindo-lhe nota de zero a dez, em parecer conclusivo.
- Será considerado apto e receberá o Certificado de Conhecimento Adquirido no Trabalho, para aproveitamento na disciplina e/ou atividade requerida, o aluno que obtiver nota igual ou superior a sete.
- O aluno, aprovado na forma do parágrafo anterior, terá aproveitamento de estudos, na disciplina ou atividade.
- A comissão poderá optar por recomendar aproveitamento parcial dos estudos na disciplina ou atividade requerida, indicando, em seu parecer conclusivo, os conteúdos a serem cursados, em regime especial.
- O parecer conclusivo da comissão será submetido à apreciação do coordenador de Curso e à homologação do Colegiado de Curso respectivo.
- Homologado o parecer, o mesmo será encaminhado à Secretaria Acadêmica, para o registro necessário.

No caso de indeferimento, o processo será arquivado.

- O aluno tem direito a recorrer de decisão que lhe seja contrária, no prazo máximo de cinco dias do conhecimento do ato.
- O recurso deve ser encaminhado ao Pró- Reitor Acadêmico cabendo recurso ao Colegiado de Curso, em instância final.
- O Colegiado de Curso poderá expedir normas complementares para a certificação.

1.2.5. PROCEDIMENTOS AVALIAÇÃO

1.2.5.1. Avaliação

O Projeto Político-Pedagógico deve ser assumido pela comunidade e pelos gestores para que o apropriem em suas ações administrativas e pedagógicas. Projeto Político-Pedagógico, não é visto aqui apenas um documento burocrático, mas como orientador da efetivação do currículo do curso. Esta ação depende da capacidade de gestão do coordenador para administrar uma realidade em sua constante transformação. Considerando essas mudanças na realidade acadêmica é que o projeto precisa ser avaliado e atualizado.

A avaliação do Projeto Pedagógico será considerada como ferramenta construtiva que contribuirá para melhorias e inovações, permitindo identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões. A existência de um Projeto Político-Pedagógico de curso é importante para estabelecer referências na compreensão do presente e de expectativas futuras. Nesse sentido, ao realizarmos atividades de avaliação, o curso considerará seus objetivos e princípios orientadores, inclusive aqueles que porventura tenham sofrido mudanças legais.

Este curso realizará a avaliação do seu Projeto Pedagógico de forma contínua, reavaliando, como processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. Tal avaliação analisará a coerência entre os elementos constituintes do Projeto e a adequação da estrutura curricular em relação ao perfil do egresso. O resultado desta avaliação subsidiará e justificará as mudanças curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material etc.

A avaliação e atualização do Projeto Pedagógico de Curso ocorrerá anualmente, com a participação da comunidade, contudo as mudanças curriculares só serão realizadas quando estas forem imprescindíveis para sua readequação à realidade ou para fundamentar tomada de decisões institucionais que permitam a melhoria da qualidade do ensino. Esta avaliação é parte indissociável da avaliação geral da Instituição que segue as orientações do Projeto de Auto Avaliação da Educação

Superior – SINAES. Esta avaliação favorece a reflexão acerca do que a Instituição é e do que pretende ser e, como afirmado anteriormente, possibilita aprofundar sobre pontos fortes e fracos, proporcionando maior agilidade e eficiência aos processos decisórios. Seguindo orientação dos SINAES, são elaborados e aplicados instrumentos e indicadores para as diferentes dimensões do Curso, a partir de metodologia disponibilizada pela Comissão de avaliação.

1.2.5.2. Coerência da metodologia de avaliação do processo de aprendizagem com a concepção do curso

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento.

A tendência é de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é de que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanta aparenta.

O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor. A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, no sentido em que ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso.

A participação do acadêmico na avaliação se dá pela auto avaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva. Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende as diversidades de interesses e facilita o diálogo entre alunos e professores.

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- Diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- Verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;

- Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar far-se-á por meio de elementos que comprovem eficiência nos estudos, trabalhos escolares e pesquisas, conforme descrito a seguir.

a) AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de aprendizagem está disciplinada no Regimento do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, nos seguintes termos:

"Art.46. A aprendizagem é avaliada continuamente, mediante verificações durante o período letivo, expressando-se o resultado final em notas de zero a dez.

§ 1º O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento individuais, nas datas fixadas, pode requerer, mediante justificativa e no prazo de três dias úteis após a realização da mesma, uma avaliação substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário escolar, sujeitando-se ao pagamento das taxas respectivas.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, será atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada.

§ 3º Pode ser concedida revisão de nota, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo de três dias úteis após a divulgação do resultado, com o pagamento da taxa respectiva.

§ 4º O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo sempre, fundamentar sua decisão, cabendo recurso, sucessivamente, à Coordenadoria de Curso, ao Colegiado do Curso e, em instância final, ao COSUP.

Art. 47. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, visitas técnicas, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, assim como atividades complementares, aprovadas pela Coordenadoria de Curso.

Parágrafo único. O professor, a seu critério e com a aprovação da respectiva coordenadoria, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pela Pró- Reitoria Acadêmica.

Art. 48. A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre letivo.

§ 1º Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, obedecido o projeto pedagógico do curso, devendo o Pró-Reitor Acadêmico fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

§ 2º É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

*Art. 49. Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado quando obtiver resultado não inferior a **seis**, correspondente à somatória das avaliações parciais realizadas durante o período letivo.*

Parágrafo único. As médias são expressas em números inteiros.

Art. 50. É considerado reprovado o aluno que:

*I - não obtiver frequência mínima de **setenta e cinco por cento** das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina;*

*II - não obtiver, na disciplina, resultado final igual ou superior a **seis**.*

Art. 51. O aluno reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina, no período letivo seguinte ou em período letivo especial, aprovado pela Pró-Reitoria Acadêmica.

Art. 52. É promovido ao período letivo seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência, na forma regulamentada pelo COSUP.

Art. 53. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso, aplicando-se as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 54. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino."

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, ao lado da avaliação tradicional, regulamento acima, introduzirá o sistema formativo de avaliação, no qual não se medirá exclusivamente a capacidade de armazenamento de dados de cada aluno, mas, principalmente, a sua evolução dentro da teia de conhecimentos da área de Tecnologia, a sua capacidade de decidir e agir diante de situações complexas que exijam conhecimento sólido e raciocínio lógico, assim como a sua competência para promover o seu próprio crescimento intelectual e profissional.

Acreditando nesta proposta, o curso de Sistemas de Informação do UNIPROCESSUS pretende implementar as seguintes atividades de avaliação do processo de ensino-aprendizagem:

- Realização, pelos alunos, de seminários, nos quais serão discutidos novos temas, descobertas recentes na área, atualização de assuntos antes abordados pelos professores e outros, sempre enriquecidos pelos recursos tecnológicos de informação;
- Apresentação de trabalhos de pesquisa aplicada e desenvolvimento, individuais e de grupo;
- Participação em práticas profissionais, tais como atividades complementares e aproximação com o ambiente profissional;
- Atividades de monitoria, visando o acompanhamento do desempenho dos colegas, esclarecendo dúvidas, dando orientações específicas e trocando ideias sobre determinado trabalho passado pelo professor etc.;
- Participação em eventos científicos ou culturais;
- Participação em atividades de extensão (cursos, palestras, seminários, congressos etc.);
- Provas formais.

1.2.5.3. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, tendo como base o aproveitamento escolar e a frequência do acadêmico. A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, não devendo ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) sendo vedado o abono de faltas. As justificativas são aceitas para os casos previstos em lei e os regulamentados pelo Conselho Superior.

São instrumentos de avaliação, além das provas escritas ou orais, previstas nos respectivos planos de ensino, a aferição da participação do acadêmico em seminários, pesquisas, performances, estágios, conferências, preleções, visitas, viagens técnicas, por meio da observação direta do avaliador, bem como arguições e relatórios, entre outros.

A critério do professor ou do Colegiado de Curso pode ser indicada a realização de trabalhos, exercícios e outras atividades em classe ou extraclasse, para serem computados nas notas das verificações parciais, nos limites definidos pelo respectivo Colegiado.

O aproveitamento será aferido por meio de avaliações regulares, que conduzirão às notas bimestrais, expressas em grau numérico variando entre zero e dez pontos, com fracionamento de meio em meio ponto.

Cada nota bimestral será o resultado de, no mínimo, duas avaliações, sendo uma delas obrigatoriamente uma prova escrita que deverá representar 70% da nota bimestral. Os instrumentos de avaliação deverão estar explicitados no plano de ensino previamente elaborado para cada semestre.

As duas notas bimestrais, do mesmo semestre letivo, têm o mesmo peso e será considerado promovido, na disciplina, o acadêmico que obtiver média final das notas bimestrais igual ou superior a seis pontos.

$$MF = \frac{1º\ BM + 2º\ BM}{2} > 6{,}0$$

São asseguradas ao professor, na verificação do rendimento escolar, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

O recurso da revisão de prova será objeto de regulamentação específica, proposta pela Coordenação Acadêmica e aprovada pela Reitoria.

A disciplina Estágio Supervisionado terá regulamentação própria a ser aprovada pelo colegiado de curso e órgãos superiores.

O acadêmico que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com as normas do Conselho Superior.

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS pode oferecer cursos de recuperação de aprendizagem, segundo normas expedidas pelo Conselho Superior. A inscrição nos cursos de recuperação será facultativa, realizando-se por meio de requerimento ao Coordenador do Curso, cabendo ao acadêmico cobrir os custos do processo, na forma regulamentar.

1.2.5.4. Programa de aperfeiçoamento continuo - Nivelamento

O egresso do ensino médio, quando inicia um curso superior, necessita preencher algumas lacunas na sua formação para dar continuidade aos estudos, com qualidade. O nivelamento oportuniza aos acadêmicos uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de estudos e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

Muitos docentes constatam a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias, sobretudo na produção de textos, com erros gramaticais e ortográficos básicos, apresentando ainda outras falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

Dessa forma, em consonância com as orientações do MEC, o nivelamento propicia aos acadêmicos as condições de dar continuidade aos estudos, entendendo que são processos encadeados que se capilarizam.

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS desenvolveu o Projeto de Nivelamento, inicialmente com dois Cursos, de Língua Portuguesa e de Matemática. O Projeto objetiva auxiliar a superação do quadro acima explicitado e, também, atender os indicativos de avaliação das Condições de Ensino de Cursos de Graduação, além de desenvolver políticas inclusivas, traduzidas, neste caso, no desenvolvimento de ferramentas, que contribuirão para a formação com qualidade do acadêmico ingressante, ou possibilitar que o acadêmico se aproprie de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos,

De posse do Registro Acadêmico, o calouro poderá optar por fazer um ou os dois cursos, que são oferecidos com momentos presenciais e sem custos para o aluno. Cada Curso tem prevista a duração de dez encontros e, ao concluir todas as atividades, o acadêmico realizará uma Prova para aferir conhecimento. Ao concluir receberá um Relatório de Desempenho, que será encaminhado à Secretaria Acadêmica para registro como hora Atividade Complementar. Esta carga horária será definida pelo Colegiado do Curso.

1.2.5.5. Regime domiciliar e atendimento especial

É assegurado aos acadêmicos amparados por normas legais específicas direito a regime domiciliar, de conformidade com as disposições constantes no Regimento Geral e as demais aprovadas pelo Conselho.

O acadêmico que for convocado para integrar o Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, Serviço Militar Obrigatório ou Eleitoral, bem como aqueles que participarem de conclaves oficiais, as gestantes e os portadores de doenças infectocontagiosas, devidamente comprovadas e amparados pela legislação especial, têm sua frequência apurada na forma da legislação em vigor.

Durante o regime domiciliar, são realizados trabalhos e exercícios domiciliares, com acompanhamento do professor da disciplina, realizados de acordo com o plano de curso fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do discente, a juízo do Coordenador do Curso.

Ao elaborar o referido plano de curso o professor deve levar em conta a sua duração, de forma que a execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo pedagógico da aprendizagem nesse regime e garanta a avaliação de todos os componentes curriculares.

O regime excepcional não isenta o acadêmico das avaliações e os trabalhos domiciliares destinam-se apenas a compensar a ausência às aulas.

A avaliação do aproveitamento do discente pode ocorrer quando do seu retorno, ou eventualmente em seu domicílio, garantindo a conclusão da série, semestral ou anual, do curso.

1.2.5.6. Regime de dependência

O acadêmico promovido em regime de dependência deverá matricular-se, obrigatoriamente, no semestre seguinte e nas disciplinas em dependência, aplicando-se a todas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas no Regimento Geral do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS.

O acadêmico fica em dependência na disciplina em que tiver sido reprovado por insuficiência de frequência e/ou de notas, para efeito de promoção, serão obedecidos os seguintes critérios: a) O acadêmico não pode prosseguir na matriz curricular, quando totalizar dependências em número igual ou superior a 4 (quatro). O acadêmico, nesta situação, deve cursar e obter aprovação em disciplinas em que estiver dependente, para habilitar-se ao prosseguimento dos estudos na série subsequente. b) O acadêmico reprovado em até 4 (quatro) disciplinas no semestre obrigatoriamente terá o seu plano de curso reformulado, para atender a sua nova situação.

Na condição de dependente apontada anteriormente, o acadêmico poderá matricular-se em disciplinas que estejam em oferta no seu curso ou em disciplinas equivalentes oferecidas em outros cursos do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS.

1.2.5.7. Avaliação institucional CPA

A Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, no seu artigo 11 estabelece a constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com atribuições para a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e o envio das informações solicitadas pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A constituição da comissão é feita por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos. Sua atuação é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes, baseando-se num roteiro com os elementos mínimos a serem incluídos nos relatórios de auto avaliação, preservando a liberdade na utilização de outros modelos ou formas de apresentação que sejam mais abrangentes e compatíveis com as identidades e estratégia de trabalho da Instituição de Ensino.

O uso efetivo dos resultados garante a oportunidade para ajustes e aprimoramentos, além da sensibilização dos membros da comunidade acadêmica que, não raro, desconhecem a importância da

sua contribuição para o melhor desempenho dos cursos, maior projeção de uma imagem positiva junto à comunidade e aumento do próprio bem-estar, através da convivência e compartilhamento num ambiente saudável e participativo. A avaliação interna amplia a interação entre os pares, aumenta a fluidez no diálogo entre as partes, permite detectar problemas subliminares e as oportunidades geradas por ideias criativas, de modo a aperfeiçoar o lugar e os relacionamentos possíveis.

1.2.5.8.Sistema de avaliação do projeto

O Projeto Pedagógico de curso deve ser assumido pela comunidade e pelos gestores para que o apropriem em suas ações administrativas e pedagógicas. Projeto Político-Pedagógico, não é visto aqui apenas como um documento burocrático, mas como orientador da efetivação do currículo do curso.

Esta ação depende da capacidade de gestão do coordenador para administrar uma realidade em sua constante transformação. Considerando essas mudanças na realidade acadêmica é que o projeto precisa ser avaliado e atualizado.

A avaliação do Projeto Pedagógico é considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações, permitindo identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões. A existência de um Projeto Pedagógico de curso é importante para estabelecer referências na compreensão do presente e de expectativas futuras.

Nesse sentido, ao realizarmos atividades de avaliação, o curso considerará seus objetivos e princípios orientadores, inclusive aqueles que porventura tenham sofrido mudanças legais.

A avaliação do curso contempla o processo de avaliação institucional, delineado no Programa de Avaliação Institucional, que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário.

O Programa foi elaborado para atender à Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

O presente Programa foi estruturado com base na Portaria MEC n° 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos *Diretrizes para a Auto avaliação das Instituições* e *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto Avaliação das Instituições*, editados pelo INEP.

Os parâmetros para o curso são estabelecidos pelo Conselho Superior, após amplo debate com a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários).

Os resultados das avaliações são publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pelo Pró-Reitor Acadêmico Geral do Centro Universitário.

Este curso realiza a avaliação do seu Projeto Pedagógico de forma contínua, reavaliando, como processo de reflexão permanente sobre as experiências vivenciadas, os conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional.

Tal avaliação analisará a coerência entre os elementos constituintes do Projeto e a adequação da estrutura curricular em relação ao perfil do egresso. O resultado desta avaliação subsidiará e justificará as mudanças curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material etc.

A avaliação e atualização do Projeto Pedagógico de Curso ocorrerá anualmente, com a participação da comunidade, contudo as mudanças curriculares só serão realizadas quando estas forem imprescindíveis para sua readequação à realidade ou para fundamentar tomadas de decisões institucionais que permitam a melhoria da qualidade do ensino.

A auto avaliação do curso será gerenciada e desenvolvida por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída por membros designados pela Reitora.

A CPA desenvolve suas atividades com apoio operacional da Reitoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos. A CPA manterá estreita articulação com as Coordenadorias de Cursos, a fim de apoiar o processo interno de auto avaliação de cada um.

A CPA deverá especialmente:

- Implantar e alimentar um banco de dados institucional, estabelecendo os indicadores a serem utilizados no processo de auto avaliação.
- Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e sua adequação ao contexto da Instituição, no que diz respeito à missão institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento.
- Avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de recredenciamento da Instituição, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas, ano a ano, quais as principais distorções que dificultaram o atingimento das metas pretendidas.
- Analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como os exames nacionais de curso, os dados dos questionários-pesquisa respondidos pelos alunos que se submeterem aos exames, os resultados das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação.

Serão avaliados, periodicamente:

- ***Missão e PDI***

- Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

➢ ***Ensino, Pesquisa e Extensão***

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;
- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto-sensu*;
- Política de melhoria da qualidade da pós-graduação;
- Integração entre graduação e pós-graduação;
- Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior;
- Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções;
- Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;

- Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores, incluindo a iniciação científica;
- Articulação da pesquisa com as demais funções acadêmicas;
- Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos;
- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

➢ ***Responsabilidade Social***

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

➢ ***A Comunicação com a Sociedade***

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

➢ ***Políticas de Pessoal***

- Planos de carreira para docentes e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e de progressão;
- Programas de qualificação/capacitação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos;
- Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

➢ ***Organização e Gestão***

- Existência de plano de gestão ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;

- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);
- Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

➢ ***Infra Estrutura Física e Acadêmica***

- Adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros serviços da infraestrutura acadêmica) às funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

➢ ***Planejamento e Avaliação***

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

➢ ***Políticas de Atendimento aos Estudantes***

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

➢ ***Sustentabilidade Financeira***

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

O processo de auto avaliação conduz a relatórios conclusivos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados, com a indicação de ações para correção de condições insuficientes ou regulares e fortalecimento das ações consideradas suficientes.

1.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

1.3.1. Prática profissional e/ou estágio e/ou trabalho de conclusão curso

Trata-se de uma prática que se constrói no âmbito do ensino e deverá ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científica-profissional.

Subsidiado pelas mais avançadas fundamentações teóricas de ensino e de aprendizagem cuja formação prevê um profissional competente nos atributos de sua profissão, detém uma metodologia de ensino cuja prática associa-se aos conceitos teóricos numa simbiose com dimensão que extrapola os antigos conceitos desarticulados da prática versus teoria em momentos sucessores.

Assim é que os laboratórios e as organizações conveniadas oferecem o ambiente sustentável para a experiência na prática profissional daquilo que os egressos irão se defrontar no mercado de trabalho, promovendo a coexistência do exercício da prática e a reflexão inerente, embasada nos fundamentos teóricos que lhe servirão como patamar para análise.

Os alunos estarão envolvidos em:

- Análise e diagnóstico da administração pública, utilizado pelos órgãos conveniados, propondo melhorias;
- Análise de relatos e/ou entrevistas com profissionais da administração pública;
- Benchmarking: troca de experiências entre escolas e administração pública;
- Prática de observação da Administração Pública, nos órgãos da Administração Direta ou Indireta dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) ou da Administração Privada, conveniados ou não;
- Estudo de casos;
- Visitas virtuais e presenciais aos órgãos públicos e privados;

- Qualquer outra atividade prática, da área da Administração, solicitadas pelos professores do curso ou pelos órgãos conveniados.

Nos tempos da modernidade não é possível tratar de práticas profissionais sem levar em conta os avançados recursos tecnológicos introduzidos no meio social, nos mais diversos campos da atividade humana. O profissional habilitado deve ter competência para o uso adequado desses recursos em sua área de atuação, e ao mesmo tempo saber buscar constantemente o aprimoramento e a atualização.

A formação do profissional da área de Tecnologia contém em sua proposta o conhecimento destes instrumentos tanto como adjunto na sala de aula como para a utilização na futura profissão.

Os professores terão como conduta metodológica o ensino e desenvolvimentos das habilidades dos alunos no uso adequado das tecnologias e equipamentos de informática com seus aplicativos e softwares, contextualizados em suas disciplinas.

1.3.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares integrantes do currículo levam em conta a realidade dos mercados local e regional e podem incluir a iniciação científica, a monitoria, intercâmbios com outras instituições de ensino; projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, grupos de estudo, montagem e participação de exposições dentro ou fora do espaço acadêmico etc. Deverão buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oferecendo conhecimentos mais abrangentes aos acadêmicos, ampliando-lhes as oportunidades de formação de competências e habilidades profissionais.

A formação que capacita o profissional ao exercício das atividades explicitadas acima, requer uma preparação didático-pedagógica adequada, obtida via integração de conhecimentos pertinentes às áreas básica, profissional, específica e complementar, através das quais se estrutura o Curso.

Sempre que o Coordenador do Curso a participação de acadêmicos de um dado semestre curricular em evento fora da IES que pode ser traduzido como atividade complementar, é comunicado aos interessados que a participação naquele evento, com a devida apresentação de certificado e comprovação de presença, é considerada como atividade complementar. No caso de ocorrência de horários coincidentes com o de aulas de disciplinas curriculares, o acadêmico poderá compensar a ausência naquelas aulas com a participação em horário substitutivo para aquelas aulas.

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS emitirá norma com a finalidade de regulamentar o registro, avaliação e controle das atividades complementares. A cada atividade concluída o acadêmico deverá solicitar no protocolo da Secretaria Acadêmica que encaminhará ao Coordenador do Curso de Sistemas de Informação o comprovante de participação no evento para

avaliação em conjunto com o colegiado de curso. Após a avaliação e reconhecimento do documento, será atribuída uma carga horária à atividade realizada pelo acadêmico, de acordo com o regulamento da Instituição e encaminhado à Secretaria Acadêmica para o devido registro no histórico do aluno.

As horas de atividades complementares de cada semestre letivo serão consideradas se o acadêmico apresentar na Secretaria Acadêmica, para conferência e anotação no seu prontuário, os comprovantes das horas cumpridas naquele semestre. O período para anotação é aquele compreendido entre o término da última prova do semestre letivo e o último exame do semestre letivo. A anotação das horas de atividades complementares no prontuário do acadêmico somente será realizada com a apresentação de original do comprovante.

1.3.3. MONITORIA

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS instituiu o programa de monitoria, admitindo acadêmicos regulares, selecionados pelo professor da disciplina em acordo com o Coordenador de Curso e designados pelo Pró-Reitor Acadêmico, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área da monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa e extensão.

A Monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular. O processo seletivo para ingressar no programa de monitoria, bem como respectivas ações serão definidas em regulamento específico.

1.3.4.PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS EM ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A ampliação da maturidade intelectual dos indivíduos com formação superior dá-se pelo incentivo à produção de conhecimento, técnica ou teórica autônoma na forma de iniciação científica e demais processos de investigação. As atividades de pesquisa podem se desenvolver na forma de iniciação cientifica, conduzida por professores titulados do curso.

Referente à pesquisa, os trabalhos desenvolvidos e apresentados pelos acadêmicos nas disciplinas colaboram para o desenvolvimento do perfil investigativo do acadêmico na produção técnica ou teórica de maneira autônoma e democrática na busca de sua maturidade intelectual.

A IC deverá envolver um esforço interdisciplinar associado aos programas de extensão e a vinculados a agenda de pesquisa que deve ser desenvolvida pela instituição como forma de estimular as futuras ações de implantação de programas de pós-graduação stricto sensu.

Além dos projetos de Iniciação científica vinculados a orientações e bolsas, os estudantes terão a oportunidade de desenvolver pesquisa, sob a forma de iniciação científica a partir dos estudos vinculados as disciplinas dos cursos. Nesse caso a iniciação científica será um estímulo ao aprendizado e uma inovação curricular. Essa é uma forma de garantir a produção de conhecimento dos estudantes e fornecer uma dimensão mais ampla seja a leitura, seja a investigação de temas relacionados ao desenvolvimento da disciplina. Essas ações deverão ser conduzidas pelo docente que acrescentará a função de orientador e a avaliação se dará sob a forma de monografias referente ao aproveitamento da disciplina.

1.3.5.PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS EM ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E EXTENSÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n° 10.861, de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

São princípios fundamentais do SINAES:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das IES;
- Compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada.

Pela primeira vez, nas políticas e diretrizes do Ministério da Educação para a avaliação das instituições de ensino superior, aparece a dimensão **Responsabilidade Social**. O art. 2º da citada lei dispõe que o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

> *"I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;"*

A responsabilidade social de uma instituição de educação superior reflete-se na forma de conduzir e gerenciar as suas funções (ensino/pesquisa/extensão). A IES socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (alunos, professores, técnico-administrativos, prestadores de serviço, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir

incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos seus dirigentes e/ou mantenedores ou sócios.

Os projetos de Responsabilidade Social são realizados onde a comunidade e os estudantes se integram. A importância desses projetos para os estudantes, ou alunado, consiste no desenvolvimento de projetos que contribuam, de forma direta ou indireta para o bem estar da população. Os estudantes e docentes, como também os funcionários devem ser mobilizados pela instituição no sentido de organizar projetos que alcancem benefícios para a população oportunidade de consolidar o necessário compromisso e comportamento de solidariedade e inclusão social. Para a comunidade, os benefícios devem estar inseridos em programas que também envolvam a participação direta de instituições e entidades que possam dar continuidade e ampliar as conquistas que geram melhores condições de vida. Para tanto é necessária uma articulação entre as IES e os órgãos públicos responsáveis pelas políticas sociais referentes aos projetos de responsabilidade social.

A agenda desses projetos deve corresponder as competências desenvolvidas pelas atividades de formação e pesquisa da IES.

As Atividades de Extensão, além de estarem caracterizadas como de responsabilidade social, possuem, também, o objetivo de enriquecer o currículo através da introdução de novas abordagens, metodologias e técnicas possibilitando a atualização do curso, considerando que o dinamismo da área de Administração exige constante adequação deste ao mercado de trabalho.

São oferecidas atividades de natureza Interdisciplinar, com o objetivo de integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, proporcionando a correlação e a integração dos temas tratados, aprimorando a capacidade analítica e a apresentação de alternativas para a solução de problemas no campo da Administração.

A extensão compreende o inter-relacionamento entre a IES e Comunidade na esfera de produção de conhecimento, de forma que ambas devam ser entendidas como beneficiárias da prática da Extensão Universitária, na medida em que, através das ações de produção e sistematização de conhecimento, faculta:

- À Instituição, o desenvolvimento do trabalho comunitário e a redefinição de seus valores próprios, programas, cursos e projetos a partir da vivência do real;
- Ao acadêmico, a formação acadêmica ampliada, rompendo-se com o mero tecnicismo e a reprodução do conhecimento, através da possibilidade concreta de vivenciar e praticar a teoria apreendida em sala de aula e debater os limites e possibilidades reais dessa mesma teoria; e,

- Comunidade, a possibilidade do desenvolvimento de suas potencialidades a partir da compreensão do conhecimento universitário, principalmente, no que se refere a se constituir em sujeito histórico autodeterminado e no exercício de sua cidadania.

E ainda deve:

- Cumprir com seu papel social de desenvolvimento regional e urbano;
- Integrar a comunidade local com a Instituição;
- Criar as condições necessárias para que o acadêmico se torne apto a ingressar no mercado de trabalho, através de cursos de capacitação, qualificação e atualização de conhecimentos;
- Otimizar as relações de intercâmbio entre o Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS e a sociedade, de modo geral, e também entre as empresas, quanto aos objetivos institucionais;
- Ampliar as oportunidades para que pessoas e instituições se utilizem, da melhor maneira possível, dos conhecimentos teóricos e práticos disponíveis na instituição para a realização de suas atividades profissionais, culturais, artísticas e esportivas;
- Servir como um dos instrumentos de avaliação das contribuições do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS no auxilio ao desenvolvimento da comunidade acadêmica e da comunidade regional;
- Facilitar a articulação entre ensino e pesquisa com as necessidades de cada curso, com as necessidades dos acadêmicos, da sociedade onde está inserida e do mercado de trabalho.

Por fim as atividades de extensão devem propiciar o enriquecimento da agenda de pesquisa da instituição e ser um forte atributo do processo de revisão periódica e aperfeiçoamento da estrutura e dos conteúdos curriculares.

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS tem como política de responsabilidade social o atendimento à sua comunidade acadêmica, com qualidade, ética, respeito e dignidade, estendendo este atendimento às comunidades sociais do seu entorno, de Águas Claras, e do Distrito Federal como um todo, vez que coloca à disposição destas, os benefícios da produção intelectual e científica dos seus professores e alunos. Já está firmado o convênio com a organização CASA AZUL, sediada em Samambaia – cidade satélite do Distrito Federal.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva é refletida na/o(s):

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- Natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;
- Promoção de um clima organizacional que propicie o relacionamento fraterno e harmônico entre todos os segmentos da comunidade acadêmica e com a comunidade externa;
- Efetividade de programas de benefícios a professores e técnico-administrativos, especialmente, por intermédio dos planos de capacitação de recursos humanos, de carreira docente e de cargos e salários;
- Concessão de bolsas de estudos, de trabalho, de iniciação científica, de extensão e de monitoria aos alunos que demonstrarem aptidão para essas tarefas, de acordo com a programação anual;
- Incentivo e apoio ao voluntariado.

1.3.5.1. Desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais

O curso de Sistemas de Informação do UNIPROCESSUS, contempla neste PPC o desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais causados de forma positiva e/ou negativa pela atividade de gestão no âmbito internacional, nacional, regional e local; propiciando ao aluno uma visão orientada para a ética profissional, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos.

1.3.5.2. Desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho

O curso de Sistemas de Informação do UNIPROCESSUS, contempla neste PPC o desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais causados de forma positiva e/ou negativa pela atividade de gestão no âmbito internacional, nacional, regional e local; propiciando ao aluno uma visão orientada para a ética profissional, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos.

1.4. ATENDIMENTO AO ACADÊMICO

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS estabelece um processo capaz de permitir que o ingressante tenha o seu perfil redefinido e aprimorado constantemente. Para tanto, desde os primeiros dias de aulas, deve implantar ações voltadas para a oferta de um ensino de qualidade, orientadas para as maiores dificuldades apontadas pelos acadêmicos, e atividades direcionadas a mudanças comportamentais.

As políticas de atendimento ao estudante desenvolvidas no Centro Universitário perseguem os seguintes objetivos: assegurar ao estudante os meios necessários ao pleno desenvolvimento acadêmico; implementar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão, além de estimular a educação continuada.

Nessa perspectiva, fazem parte das ações institucionais de atendimento ao acadêmico projetos com distintas finalidades: apoio pedagógico, assistência ao acadêmico, inserção no mercado de trabalho e acompanhamento ao egresso.

A primeira relaciona-se ao nivelamento curricular e a segunda às atividades de introdução à formação do cidadão com as seguintes estratégias:

- Descrição das políticas de atendimento aos discentes, desde o futuro acadêmico até o Egresso;
- Ações para o ingresso e manutenção de acadêmicos;
- Ouvidoria;
- Tecnologia e Material Didático.

A estrutura operacional de atendimento é inicialmente organizada na secretaria geral de acadêmicos:

- Autoatendimento;
- Atendimento Presencial;
- Central de Relacionamento - Ambiente de atendimento ao acadêmico;
- Acesso aos dados e registros acadêmicos.

1.4.1. Formas de acesso

Processo Seletivo ENEM. A inscrição do candidato é realizada mediante a apresentação dos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Prova Objetiva e Redação). Os candidatos são

classificados de acordo de acordo com as vagas disponíveis. Esta é a principal modalidade de preenchimento de vagas.

Vestibular Tradicional. Inclui questões elaboradas com base nos conteúdos do Ensino Médio e uma Redação. São reprovados os candidatos que não obtiverem pelo menos três na redação. Poderão ser organizados na medida em que haja vagas disponíveis

Matrícula sem Vestibular. Os portadores de diploma de nível superior podem requerer a matrícula nos cursos de graduação do Centro Universitário, mediante a apresentação de documentação (diploma, histórico escolar completo, descrição do regime de aprovação da instituição de origem e programa das disciplinas cursadas com aprovação). As solicitações serão analisadas e o requerente que tiver a solicitação de matrícula deferida, aproveitará apenas as disciplinas cujo conteúdo programático e carga horária, na instituição de origem, correspondam a 75% (setenta e cinco por cento) do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas ministradas no Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS.

Transferência Externa. Para entrar com requerimento de transferência externa, os candidatos devem apresentar documentação fornecida pela instituição de ensino superior da qual pretendem transferir-se. Somente são aceitas solicitações de transferência para o mesmo curso ou para curso de área afim ao de origem e de mesmo nível. Não são aceitas solicitações de transferência de acadêmicos em situação de abandono na instituição de origem ou de acadêmicos desligados da instituição de origem. Se o pedido for deferido, o Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS emite uma Declaração de Vaga, que permite que o acadêmico solicite à instituição de origem: a Guia de Transferência (documento que oficializa a transferência do vínculo de um acadêmico para outro estabelecimento de ensino), e o documento comprobatório de que o acadêmico está apto para a transferência (conforme determinação da lei nº 3.680, de 26/10/2001), para fins de apresentação por ocasião da matrícula no Instituto.

1.4.2. Programas de desenvolvimento acadêmico

Os programas fazem parte de estratégias acadêmicas para atuar em questões como nivelamento dos discentes, iniciação à pesquisa entre outras atividades e serão incentivados pelos professores. A divulgação dos programas é feita pela "*homepage*", pelos coordenadores e professores em sala nos primeiros dias de aula e nos murais da Instituição através de cartazes com os horários e as disciplinas oferecidas no semestre.

- Programa de Monitoria;
- Programa de Iniciação Científica;

- Atividades Acadêmicas Complementares;
- Trabalho de Conclusão de Curso;
- Projetos de Extensão Universitária
- Projetos de Extensão Comunitária (responsabilidade social etc)

1.4.3. Programa de apoio ao financiamento de estudos

A IES oferece aos acadêmicos diversas modalidades de **bolsas de estudo** a fim de garantir uma inclusão maior de acadêmicos no ensino superior.

Tipos de Bolsas que são oferecidas aos acadêmicos:

- **FIES**
- **Bolsa Desconto de Pontualidade (10%)**

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS concede desconto de pontualidade a todos os alunos até o dia do vencimento da parcela (10 de cada mês).

- **Bolsa Convênio (15%)**

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS concede desconto a todos os alunos que são participantes das empresas conveniadas.

- **Bolsa Convênio Bred**

O aluno se cadastra junto ao portal da empresa BRED, que faz a captação dos alunos para a IES e emite para o aluno um termo de participante do convênio. O aluno dirige-se à IES munido do termo e solicita o desconto.

- **Bolsa Funcionário/Filhos (100%)**

Concedida aos funcionários e a seus dependentes legais conforme estipulado na Convenção Coletiva. A Bolsa é de 75% e 85% (conforme o tempo de serviço do funcionário na IES) será desde a matrícula.

1.4.4. Inserção no mercado de trabalho

Para desenvolver ações de inserção dos acadêmicos e graduados no mercado de trabalho e promover a ampliação da sua empregabilidade, o curso conta com a Central de Estágios e Empregos que executa suas ações pautadas na Política de Estágios e Empregos da IES, oferecendo atendimento presencial:

Portal de vagas de Estágios e Empregos, a Coordenação de Estágio firmara uma parceria com empresas para a oferta e divulgação de vagas. *Encaminha os candidatos, legaliza e acompanha o*

desenvolvimento dos estágios, como determina a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Estes serviços são prestados gratuitamente.

O sistema será seletivo. As vagas serão previamente definidas por curso, coeficiente de rendimento, período, sexo e data de formatura. Apenas candidatos que atendam o perfil solicitado pela empresa serão encaminhados.

1.4.5. Acompanhamento de egresso

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS acompanhará a trajetória de seus egressos. Este acompanhamento estará centrado em três grandes focos:

O primeiro se refere ao acompanhamento da trajetória do ex-acadêmico na sua vivência profissional através de seus avanços e vitórias, investigando, também, as dificuldades que se relacionem à sua formação acadêmica.

O segundo, vinculado ao primeiro e desenhado num formato avaliativo, possibilita que este mesmo acadêmico, baseando-se na experiência conquistada no mercado de trabalho, registre sua percepção sobre aspectos do seu curso, tais como a biblioteca, as atividades acadêmicas, laboratórios etc. Com isto, além do acompanhamento, este Programa estimula o fornecimento, por parte dos nossos egressos, de um *feedback* avaliativo, que subsidie a reflexão não só a respeito dos aspectos gerais do trabalho institucional, mas também sobre as dimensões mais específicas dos Projetos Pedagógicos dos diferentes Cursos.

Finalmente, o terceiro foco está relacionado à inserção no mercado de trabalho. O Centro Universitário, buscando favorecer essa inserção e dando continuidade à política praticada para o encaminhamento a estágios, oferece aos ex-acadêmicos orientação para as vagas de trabalho oferecidas pelas instituições conveniadas.

1.4.6. Atendimento aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais

Para atender aos estudantes a IES tem previsto em sua estrutura organizacional o Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE –um órgão pedagógico de assistência aos acadêmicos. Constituído por uma equipe multidisciplinar, o NAE terá como principal finalidade acompanhar os acadêmicos ao longo da graduação e posterior a ela, assistindo-os em dúvidas, dificuldades e necessidades de orientação psicopedagógica. Auxiliando o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação do futuro profissional, possibilitando assim uma participação efetiva na melhoria da qualidade de ensino.

O Núcleo dará o apoio e acompanhamento ao estudante com necessidades educacionais especiais e acompanhamento ao egresso. O núcleo tem como objetivo de acompanhar o processo de

aprendizagem que envolve estudantes com necessidades educacionais especiais, auxiliando os docentes na condução das propostas educativas para minimizar as dificuldades, propondo intervenções e recursos para a promoção da educação democrática e inclusiva.

O acompanhamento do acadêmico iniciar-se-á mediante aos dados referidos no ingresso à instituição, no preenchimento do formulário de inscrição ao processo seletivo ou durante o curso. Após a verificação inicial o estudante, docentes e demais envolvidos com o processo, serão contatados pelo Núcleo, a fim de que se dê início às ações necessárias, que podem ser diretivas e não diretivas. As diretivas dizem respeito diretamente ao acadêmico, como por exemplo, a formatação das provas para os acadêmicos com baixa visão e as ações não diretivas contemplam os agentes e as situações que envolvem o acadêmico, como por exemplo, a remoção de barreiras atitudinais e arquitetônicas.

O conjunto de ações proposto pelo NAE levará em consideração a especificidade das necessidades de cada estudante, pois cada situação apresenta características exclusivas, exigindo cautela para que as ações delineadas, em hipótese alguma, constituam privilégios e concessões, e possam comprometer o real aprendizado do estudante e o seu direito à formação plena.

Como práticas pedagógicas que auxiliem no processo de ensino e aprendizado dos acadêmicos, que são empregadas no curso, são oferecidos cursos de nivelamento. Os cursos de nivelamento buscam atender e preencher possíveis lacunas na formação que antecede o ensino superior, objetivando dar continuidade aos estudos, com qualidade. Os nivelamentos oportunizarão aos acadêmicos uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de estudos e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Além dos nivelamentos em Língua Portuguesa, Matemática, os docentes poderão, em conformidade com as necessidades apresentadas durante as aulas e momentos de avaliação, elaborar os chamados nivelamentos específicos. Os nivelamentos específicos serão elaborados pelo docente da disciplina.

1.4.7. Portal acadêmico

Além do material que trata do conteúdo a ser ministrado nas aulas, o acadêmico conta com um portal acadêmico que traz orientação; informações sobre matriz curricular, guia do acadêmico; sistema e ferramentas de comunicação disponíveis; suporte técnico e administrativo.

1.4.8. Interação entre acadêmicos e professores pelo sistema acadêmico

No Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS a interação on-line entre professores e acadêmicos é realizada principalmente por meio do sistema acadêmico denominado SEI. Nesta ferramenta o docente pode disponibilizar aos acadêmicos conteúdos digitalizados.

DIMENSÃO 2 – CORPO SOCIAL

O corpo social do UNIPROCESSUS é adequado de forma quantitativa para atender às necessidades do curso de Sistemas de Informação.

Salientamos que as informações detalhadas estão descritas nos subitens abaixo, bem como, estarão disponíveis para a comissão verificadora no período da visita *in loco*.

2.1. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso foi dimensionado e escolhido para atender as especificações da área de concentração profissional "Tecnologia", bem como aos objetivos do curso especificamente.

O curso é composto por mestres e doutores, todos apresentam experiência profissional e acadêmica aderente ao PPC.

2.1.1. PERFIL DOCENTE

O perfil docente do curso é aderente e coerente com o PPC, bem como, detentor de visões empreendedora, analítica, crítica e ética da área profissional direta ou indiretamente ligada à atividade da administração e ao foco do curso.

Desde a concepção do PPC que o UNIPROCESSUS selecionou o corpo docente com perfil adequado, inovador e vocacionado para atender aos objetivos globais do curso.

2.1.2. FORMAÇÃO ACADÊMICA

O corpo docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional. Os professores indicados, são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação será adequada à proposta do curso para garantir um bom nível de interação entre discentes e docentes.

Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolverão e foram recrutados, levando-se em consideração as características regionais em que está inserido o curso, bem como a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes poderá ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas dos cursos.

2.1.3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO OU NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os professores propostos para as disciplinas possuem cinco anos ou mais de experiência no magistério superior, possibilitando uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada ao projeto pedagógico do curso.

A comprovação das experiências no magistério ou educação profissional dos docentes indicados está à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, na época da visita para fins de autorização do curso.

2.1.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO

Quanto à experiência fora do magistério, do total de professores indicados, **mais de 50%** possuem cinco anos ou mais de experiência profissional, possibilitando uma abordagem que articule conteúdos às necessidades da atuação profissional, resultando na contextualização do ensino.

A comprovação das experiências fora do magistério dos professores indicados está à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, na época da visita para fins de autorização do curso.

2.1.5. CERTIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES PROFISSIONAIS NA ÁREA DO CURSO

A experiência profissional, atrelada às certificações e capacitações profissionais na área do curso são presentes de forma relevante no corpo docente, propiciando de um modo geral ao enriquecimento do processo ensino-aprendizagem do curso.

A comprovação das capacitações profissionais dos professores indicados está à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, na época da visita para fins de autorização do curso.

2.1.6. ATUAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

O detalhamento da atuação do corpo docente nas atividades acadêmicas do curso está disponível nos subitens do tópico em questão, bem como, poderão ser comprovadas no momento da verificação *in loco*.

2.1.7. DEDICAÇÃO AO CURSO

A dedicação ao curso, por parte do corpo docente é em sua grande parte no regime de tempo integral e/ou parcial; propiciando um ensino de qualidade e a produção do conhecimento distribuída em salas de aula e atividades de extensão, produção de pesquisa aplicada à área, bem como, atividades ainda não relacionadas que deverão ocorrer conforme o desenvolvimento do curso.

2.1.8. DOCENTES COM FORMAÇÃO ADEQUADA NAS DISCIPLINAS/UNIDADES CURRICULARES

Os docentes foram escolhidos conforme formação acadêmica; experiência no magistério superior e na educação profissional e experiências profissionais relevantes fora do magistério, relacionadas às disciplinas e ementário específico, com o intuito de manter uma logicidade e a uma produção de conhecimento coerente com os traços gerais do PPC.

2.1.9. DOCENTES COM ORIENTAÇÃO DE ALUNOS (PRÁTICA PROFISSIONAL E/OU ESTÁGIO, TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO)

Alguns docentes do curso estão envolvidos com projetos e ações específicas da área, ressaltando que, a prática profissional se dá de forma simultânea ao processo ensino-aprendizagem e conta com parte do corpo docente na orientação de trabalhos específicos, dentre outras atividades e práticas pedagógicas previstas no PPC.

Assim, as atividades de prática curricular e demais atividades práticas são supervisionadas por professores-orientadores, pertencentes ao quadro docente do curso. Nas práticas, cada professor-orientador, será responsável, por no máximo, 15 alunos.

Os docentes, que assumem a função de professor-orientador, são contratados sob o regime de tempo parcial (TP) e/ou tempo integral (TI).

2.1.10. Produção docente

A produção docente do curso é satisfatória e relevante.

A comprovação das produções e publicações dos professores indicados está à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, na época da visita para fins de autorização do curso.

2.1.11. Composição e funcionamento do colegiado de curso

A composição, atribuições, competências e o funcionamento do colegiado do Curso seguem abaixo:

I - O Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador de Curso, por três ou quatro representantes docentes, um discente e representante técnico-administrativo, com mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo, em suas faltas ou impedimentos, substituído pelo representante docente que for designado pelo Reitora do Centro Universitário;

II - O Colegiado de Curso reúne-se duas vezes por semestre, ordinariamente e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação do seu Presidente ou membros titulares.

São atribuições e competências do Colegiado de Curso:

I - Avaliar e sugerir alterações no Projeto Pedagógico do Curso de acordo com as diretrizes curriculares;

II - Sugerir modificações da Matriz Curricular e suas respectivas ementas de disciplinas para melhor atender o andamento do curso conforme legislação em vigor;

III – Avaliar o desempenho dos docentes e discentes do curso a cada semestre;

IV – Sugerir a aquisição do acervo bibliográfico;

V – Exercer o poder disciplinador junto aos docentes e discentes, obedecendo às normas do Regimento Geral;

VI – Sugerir propostas de Pesquisa, Extensão e Minicursos que atendam os objetivos do curso;

VII – Sugerir as diretrizes didático-pedagógicas do respectivo curso;

VIII – Promover o incentivo a palestras, debates e jornadas acadêmicas;

IX – Sugerir o perfil profissiográfico do curso;

X – Fazer cumprir o Regimento Geral.

2.1.12. Núcleo docente estruturante

O NDE do curso é composto por 5 (cinco) docentes, representando 31% de seu corpo docente, sendo 60% de doutor, 40% de mestres e regime de trabalho como 60% TI e 40% TP.

2.2. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo tem como característica marcante a qualificação profissional relacionada a postura ética e idônea imprescindíveis à realização de trabalhos acadêmicos e de assessoria aos cursos superiores de tecnologia.

Os dados de adequação da formação profissional e da experiência profissional podem ser comprovados pela comissão verificadora no período da visita *in loco*.

2.2.1. ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO CURSO

O corpo técnico-administrativo do UNIPROCESSUS está preparado para atuar de forma qualiquantitativa no âmbito da assessoria específica aos cursos superiores de tecnologia.

2.2.2. ADEQUAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O corpo técnico-administrativo do UNIPROCESSUS atende às necessidades do curso, apresenta como características básicas: Formação adequada com a função exercida, perfil empreendedor e visão holística da IES.

Assim sendo, a formação profissional dos membros do corpo técnico-administrativo é adequada às funções que exercem em seus respectivos cargos.

2.2.3. ADEQUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Todo o corpo técnico-administrativo apresenta adequação da experiência profissional nas funções exercidas, facilitando o bom desempenho do curso e a qualidade de atendimento à comunidade acadêmica.

A experiência profissional dos membros do corpo técnico-administrativo é correspondente às funções que exercem em seus respectivos cargos.

2.2.4. ADEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ÀS NECESSIDADES DO CURSO

A coordenadoria do curso tem à sua disposição pessoal de apoio técnico e administrativo necessário à execução de seus serviços e ao cumprimento de suas atribuições.

A Secretaria Acadêmica conta com um secretário e dois auxiliares, responsáveis pelo controle da vida escolar dos discentes.

A área de informática conta com um profissional, tendo como responsabilidade a assistência aos docentes, atualização tecnológica, manutenção da gerência de redes, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, biblioteca e demais setores e auxílio aos usuários para que a instituição esteja sempre adaptada às novas tecnologias e consiga manter a qualidade de seus cursos.

A Biblioteca está sob a responsabilidade de pessoal treinado para o atendimento de usuários, contando inicialmente com um profissional legalmente habilitado em Biblioteconomia e, três auxiliares para prestar atendimento à comunidade acadêmica, sendo responsáveis pela organização do acervo, digitação e atendimento aos discentes.

Além desses membros, a Instituição irá disponibilizar pessoal para dar assistência nos laboratórios, como forma de apoio aos docentes nas aulas práticas.

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA

A infraestrutura específica do UNIPROCESSUS, atende satisfatoriamente às necessidades do curso, onde destacamos o acervo da nossa biblioteca e o conjunto de laboratórios (específicos da área de Tecnologia). As informações mais detalhadas podem ser observadas in loco através das plantas fornecidas pelos arquitetos da instituição.

3.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca integra a organização acadêmico-administrativa do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, diretamente subordinada a Reitoria.

A Biblioteca adota a classificação decimal universal (CDU) para a classificação de seu acervo. As obras serão catalogadas segundo as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2).

O funcionamento da Biblioteca para a comunidade acadêmica, está programado o seguinte horário: segunda a sexta-feira das 8 às 22 horas e aos sábados das 9 às 16 horas. Aos domingos, poderá ser aberta de acordo com as solicitações da comunidade acadêmica.

a) ESPAÇO FÍSICO

A Biblioteca ocupa uma área total de 650 m² assim distribuídos: leitura e trabalhos em grupo, estudo individual e serviços da biblioteca (administração, tratamento técnico e acervo).

A infraestrutura atual da biblioteca atende às necessidades dos cursos a serem implantados no seu primeiro ano de funcionamento. Para os anos seguintes, está prevista a ampliação do espaço físico e do acervo, conforme consta no seu plano de expansão descrito neste Projeto Pedagógico.

b) FORMAS DE ACESSO

São desenvolvidos os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico, levantamento bibliográfico, tratamento da informação, preparo para empréstimo e disseminação da informação.

O acesso ao material bibliográfico ocorre por meio de catálogo informatizado ou ainda pela Internet. O aluno requisita o título de interesse via internet ou diretamente no balcão de atendimento da biblioteca, nos terminais ou junto aos auxiliares da biblioteca.

Os empréstimos são disponibilizados ao público interno (alunos, funcionários e professores), com prazos determinados e renováveis por igual período conforme a necessidade do usuário.

c) INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca está integralmente informatizada. Está disponível para seus usuários um sistema de levantamento bibliográfico através do catálogo informatizado (base de dados) e funcionará com as seguintes facilidades:

- Acesso remoto (Modem) para consultas/reservas do acervo,
- Acervo eletrônico (DVD – CD/ROM),
- Consultas do acervo em terminais,
- Controle de movimentação de acervo (empréstimo/consultas/cobrança) com relatórios estatísticos,

- Integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle na cobrança de livros não devolvidos,
- Interligação com redes nacionais e internacionais (COMUT, IBICT, Internet) e outras bibliotecas cooperantes (empréstimos entre bibliotecas).

Para tal processo, a instituição coloca à disposição da Biblioteca profissionais de informática, não só para a implantação dos sistemas, mas também para seu gerenciamento, proporcionando à comunidade acadêmica segurança, confiabilidade e agilidade na recuperação da informação.

Para o tratamento das informações, descrição bibliográfica e classificação, o Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS deverá celebrar convênio com órgão que disponha do processo de catalogação cooperativa, visando menor dispêndio de tempo e maior confiabilidade.

A Biblioteca conta com os seguintes equipamentos:

- 1 Microcomputador Pentium IV, 1.6 Ghz, funcionando como servidor e conectado à Internet, HD 40 Gb, monitor colorido 17 polegadas, kit multimídia 60x, *drive* 3½ de 1.44 MB, 256 MB de memória RAM, mouse e teclado;
- 3 Microcomputadores para administração e controle, processador Pentium IV 1.6 Ghz, HD 20 Gb, 128 MB de memória RAM, monitor colorido 15 polegadas, Kit multimídia 56x, 1 *drive* 3½ de 1.44 MB, mouse e teclado;
- 1 impressora HP *Deskjet* 840C;
- 1 impressora HP *Laserjet* 1100;
- 1 escâner HP *ScanJet* 3200C e
- 5 Terminais para acesso à Internet e para consulta do acervo.

Além dos terminais da Biblioteca para acesso à Internet, a comunidade acadêmica terá à sua disposição, em 2007, mais 25 terminais no laboratório de informática.

A atualização tecnológica desses equipamentos é realizada periodicamente, de acordo com o plano de informática. O aumento do número de terminais à disposição dos usuários manterá a relação inicial, de acordo com a evolução dos usuários, especialmente, alunos e professores.

d) PROCESSAMENTO TÉCNICO

Os serviços do setor de Processos Técnicos são de direção, coordenação e controle, por meio da centralização de serviços, das atividades de planejamento e desenvolvimento do registro, da catalogação e classificação, preparação e manutenção das coleções da Biblioteca do UNIPROCESSUS, para fins de:

- Utilização da informação, tendo para isto as atribuições de receber e conferir o material documental adquirido pela instituição;

- Classificar, catalogar e registrar os documentos de forma automatizada, alimentando o sistema da Biblioteca;
- Providenciar o preparo do material da Biblioteca para consulta e empréstimo;
- Dar baixa, quando necessário, no registro das publicações extraviadas e/ou deterioradas;
- Executar tarefas correlatas.

A) APOIO NA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Os grupos de professores de tempo integral, indicados pela Coordenadoria de Curso, desenvolverão trabalhos incluindo plantão individual de segunda-feira a sábado na biblioteca, dando apoio aos discentes na elaboração de trabalhos acadêmicos. Os profissionais em atividade na biblioteca, por outro lado, estão aptos à orientação discente, na elaboração de trabalhos acadêmicos, com base nas normas específicas da ABNT.

A Biblioteca do UNIPROCESSUS disponibiliza aos discentes o regulamento de trabalho de conclusão de curso (monografia) e o regulamento de iniciação científica, auxiliando no cumprimento das exigências específicas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

3.1.1. ADEQUAÇÃO DO ACERVO À PROPOSTA DO CURSO

Todo o acervo encontra-se na biblioteca da IES, podendo ser observado detalhadamente, em disponibilidade e quantidade, nos itens destacados a seguir.

3.1.1.1. Livros

O acervo de livros, indicados para os dois primeiros anos de funcionamento do curso, atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas unidades curriculares.

MECANISMO E PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo bibliográfico é atualizado constantemente, por indicação de alunos e professores, por solicitação da coordenadoria e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada disciplina dos cursos ministrados, em todos os níveis.

O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros, periódicos (assinaturas correntes), base de dados, vídeos e *software*.

Além do acervo específico de cada curso, a Biblioteca tem livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos e que possam contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

O planejamento econômico-financeiro reserva dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo, correspondendo, em média, a 2% da receita total do curso.

A instituição já dota a Biblioteca de acervo de periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para o curso e outros de interesse da comunidade. Para tanto manterá assinaturas correntes de periódicos, que serão ampliadas, de acordo com as indicações das coordenadorias de cursos, docentes e alunos, e leva em conta os projetos de ensino, pesquisa e extensão.

3.1.1.2. Periódicos, jornais e revistas.

Dentre o rol dos periódicos, jornais e revistas assinados e a serem assinados, destacam-se os seguintes, específicos para o atendimento das atividades acadêmicas relacionadas ao curso superior de bacharelado em Sistemas de Informação.

a) JORNAIS

- Correio Braziliense;

b) REVISTAS GERAIS

- ISTO É;
- VEJA;

A) PERIÓDICOS ESPECÍFICOS

- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RAP - FGV – EBAPE – Escola Brasileira de Adm Pública e de Empresas
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RAP – INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira
- REVISTA DO SERVIDOR PÚBLICO – ENAP –
- L&C – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA EditoraConsulex Ltda.
  REVISTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL - APGS
- REVISTA H&M – *Management* - GESTÃO
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - RAE – FGV - EAESP
- RA – Revista de Administração – (FEA-USP)

- RAC – REVISTA ADM CONTEMPORÂNEA - (ANPAD)
- Revista de Administração Contemporânea. Outros Periódicos - links para outros periódicos ANPAD

3.1.1.3. Base de dados

A Biblioteca possui bases de dados que possibilitará à comunidade acadêmica acesso a ampla informação sobre todas as áreas dos conhecimentos humanos, com ênfase para os cursos oferecidos, em todos os níveis, conforme relação a seguir:

- DomínioPúblico - http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do; jsessionid=D67F0AD3AE0D88272634A0E907D7D890;
- GOOGLE Acadêmico - http://scholar.google.com.br;
- Intermanagers - http://www.intermanagers.com.br;
- SBU - Biblioteca Digital da Unicamp - http://libdigi.unicamp.br/document/list.php?tid=7;
- USP – Biblioteca Digital de Teses - http://www.teses.usp.br.

3.1.1.4. Cenários/Ambientes/Laboratórios

As informações acerca do item estão disponibilizadas nos subitens deste tópico em questão. Salientamos ainda que as mesmas poderão ser comprovadas no momento da verificação *in loco*.

3.1.1.4.1. Cenários/ambientes/laboratórios (formação geral/básica, profissional/específica e prática profissional e prestação de serviços à comunidade)

a) ESPAÇO FÍSICO ATUAL

O **CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS - UNIPROCESSUS**, é detentora de uma área de 9.146,97 m^2, localizada na Av. das Araucárias 4.400 - Águas Claras, DF, onde edificou um prédio com 7.818,15 m^2 de área construída, assim distribuída:

DESCRIÇÃO	ÁREA (M^2)	CAPACIDADE(*
Salas de aula	3.024,03	3.000
Laboratório	102,18	60
Biblioteca	678,82	300
Salas administrativas	876,30	

Sala dos professores	104,24	60
Áreas de convivência/alimentação/serviços	2.064,92	600
Auditórios	276,42	200
Escritório Escola e Núcleo de Iniciação Científica	33,51	
Estúdio de gravação (tele-estudo)	33,51	
Sanitários, vestiários e outras serventias	624,22	
****TOTAL:**	**7.818,15**	

(*) Capacidade de alunos nas serventias, por turno.

b) EXPANSÃO

O Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS, pensando no conforto da comunidade acadêmica do Centro Universitário, na melhoria da qualidade de ensino e na expansão de cursos e programas de educação superior, expandirá suas dependências, em razão do aumento da comunidade acadêmica e/ou pela criação de novos cursos.

b) ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Instalações especiais para os portadores de deficiências físicas:

- Rampas que permitem o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo do Centro Universitário;
- Vagas em estacionamentos nas proximidades do Centro Universitário e em estacionamento próprio;
- Banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;
- Telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas.

3.1.4.1.2. Cenários/ambientes/laboratórios de acordo com a proposta do curso

As instalações físicas do Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS são adequadas para o número de usuários atuais e futuros e para o ramo de atividade que trabalha.

Todas as salas de aula, biblioteca, laboratórios e demais espaços e dependências estão equipados com ventiladores e ar condicionado, mobiliário e iluminação adequados, isolamento de ruídos, equipamentos de prevenção de incêndio e boa higiene.

Para o funcionamento do curso o Centro Universitário Processus - UNIPROCESSUS já disponibiliza os seguintes cenários, ambientes e laboratórios, para o cumprimento de proposta sua pedagógica, além de outros de âmbito geral:

SERVENTIAS	ÁREA (M^2)
8 Salas de aula, com capacidade para 60 alunos	252,80
Laboratório de Informática	51,09
Laboratório Especializado – Escritório Escola (NEIC)	51,09
Biblioteca	678,82
Auditório	276,42
Área de convivência/alimentação/serviço	2.064,92
TOTAL	**3.324,06**

Os laboratórios asseguram acessos diários de 2ª à 6ª feira, no horário das 8 às 22 horas e aos sábados, no horário das 8 às 12 horas, para que os docentes e discentes tenham condições de desenvolvimento de suas pesquisas, trabalhos e consultas.

3.1.4.1.2.1. Equipamentos e suas condições de uso

A) LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

<u>Laboratório 1 - desktops</u>

- 28 PC Megaware (modelo novo)
- PROCESSADOR: INTEL CORE I3 3,30GHz
  MEMÓRIA: 4GB
  HD: 500GB
  MONITOR: LG 20EN33 19,5”
- 01 PC Megaware (modelo antigo)
- PROCESSADOR: PENTIUM DUAL CORE 2,70GHz
  MEMÓRIA: 1GB
  HD: 320GB
  MONITOR: LG 20EN33 19,5”
- 01 PC MULTILASER (wise case)
- PROCESSADOR: PENTIUM DUAL CORE
  MEMORIA: 2GB

HD: 80GB

MONITOR: LG FLATRON E1941 19”

- TOTAL: 30 Desktops
- AREA: 12m X 5,8m = 69,6m²

Laboratório 2 – laptops

- NOTEBOOK MEGAWARE
- PROCESSADOR: INTEL CORE I3 2,20GHz

  MEMORIA: 2GB

  HD: 500GB

  MONITOR: TELA LED 14”
- TOTAL: 14 Laptops
- AREA: 6,83m X 3,64m= 24,86m²

Horário de funcionamento

De Segunda à Sexta-feira das 07:30h às 21:30h e aos Sábados das 08:00h às 12h

SOFTWARE	FABRICANTE	FINALIDADE	AMBIENTE	UTILIZAÇÃO	INTEGRAÇÃO
SEI – Sistema Educacional Integrado	Optimize-TI	Solução de ERP completa de Gestão Educacional / Financeiro Contábil	Windows 7 Professional	Software Multiusuário	Totalmente Integrado

C) LABORATÓRIO A PARTIR DO 2º ANO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Para o curso, foi necessário a implantação de laboratório específico (Escritório eEscola) para o 2º ano em diante do curso, pois o curso utilizará o laboratório específico, para a integração da teoria e prática, onde o aluno vivencia os conteúdos teóricos em casos ou simulações de situações reais vividas na área da administração, nas organizações públicas ou privada e, portanto, deve possuir os ambientes necessários para o desenvolvimento das atividades práticas dos discentes deste curso.

3.1.1.5 Materiais

O laboratório de informática indicado para o apoio às atividades do curso, possui materiais permanentes e de consumo, e estão disponíveis para atender ao planejamento das atividades práticas requeridas pela formação geral e profissional e em quantidade compatível com o número de alunos, conforme poderá ser observado na visita *in loco*.

3.1.1.6. Normas e procedimentos de segurança

O laboratório de informática para a disciplina do primeiro ano de funcionamento do curso e o específico para as disciplinas de práticas dos demais períodos letivos – atendem/atenderão aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são/serão dotados dos equipamentos de biossegurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT, especialmente, nos seguintes aspectos:

- Espaço físico adequado com, no mínimo, dois metros quadrados por aluno,
- Salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados,
- Instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e outras adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionário,
- Microcomputadores nos laboratórios, ligados em rede e com acesso à internet, com recursos multimídia para projeções,
- Política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática e
- Plano de atualização tecnológica, além de serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob a supervisão dos técnicos responsáveis pelos laboratórios.

Além disso, os procedimentos de segurança e proteção ambiental são divulgados em locais estratégicos que permitem sua visibilidade, assegurando seu conhecimento e aplicação pela comunidade acadêmica.

3.1.1.6.1. Equipamentos de segurança

O laboratório/ambiente possui equipamentos de biossegurança, compatíveis com suas finalidades de utilização e adequados a demanda de usuários, tais como:

- EPC (equipamentos de proteção coletiva): descarte de material perfuro cortante e material para primeiros socorros.
- Equipamentos de proteção contra acidentes: ventiladores, extintores de incêndio, emblemas educativos de segurança e elementos de proteção de rede elétrica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, M.C&Masetto, M. O professor Universitário em aula. São Paulo; MG Editores Associados, 1997

Alencar, E.M.L.S. (Org). Novas contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Cortez Editora, 1992

BRASIL, Lei nº 9.394, 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1996.

BRASIL, Resolução CNE/CES 02, 19 fev. 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior, Brasília, 2002.

Candau, V,M, (org.) A didática em questão. Petrópolis, Vozes, 1984

_____ Rumo a uma nova didática. Petrópolis, Vozes, 1990

Coll, C. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, disponível no endereço www.cfa.org.br. Acessado em agosto de 2004.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - DF, disponível no endereço www.cfa.org.br. Acessado em agosto de 2004.

FREIRE, P. Educação e mudança. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982. 61p. (Coleção Educação e Comunicação, v.1).

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

GADOTTI, M. Pressupostos do Projeto pedagógico. In: MEC. Conferência Nacional de Educação para todos. Anais. Brasília, 1994.

GARDNER, H. Inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 1995.

Garcia, M.M.A.G A didática no ensino superior. Campinas: Papirus Editora, 1994

GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MIZUKAMI, M.G.N. Ensino: As Abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de educação e ensino).

PDI-UNIPROCESSUS - Plano de Desenvolvimento Institucional do UNIPROCESSUS

SILVA, M.I.T. Capacitação em Planejamento de ensino à luz da Pedagogia da Problematização. 1999. 161f. Tese. Escola de Ribeirão Preto, USP, São Paulo.

SINAES - Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior

SOUZA, C.B.G. O projeto pedagógico com instrumento de participação e qualidade no ensino superior. Araraquara: ACL/UNESP; 1995. (Mimeografado).

VEIGA, I.P.A.(Org.) Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível.